

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TAMIRES DE SOUSA ARANTES

**A quarta onda feminista e sua influência na participação política das
trabalhadoras da escala 6x1**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2026

TAMIRES DE SOUSA ARANTES

**A quarta onda feminista e sua influência na participação política das
trabalhadoras da escala 6x1**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social sob a orientação da Prof^a, Dr^a Maria Carmelita Yazbek

Banca Examinadora

*Dedico esta dissertação a elas, às que cuidam e lutam.
Nelas reside a esperança para que nós alcancemos um outro mundo.*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – 88887.93558/2024-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – 88887.93558/2024-00

AGRADECIMENTOS

Voltar a estudar e iniciar o mestrado foi um plano adiado muitas vezes, até que, enfim, reuni coragem para concretizá-lo. As inquietações se intensificaram no mesmo momento em que encontrei acolhimento nesta universidade. Por isso, sou grata à PUC-SP, aos professores, funcionários e colegas que tornaram essa experiência rica e afetuosa.

Agradeço especialmente à minha orientadora, sempre atenciosa, que me estimulava a escrever mais e melhor, a professora Maria Carmelita Yazbek, que se tornou uma referência ainda maior após esta experiência. Assim como à professora Bia Abramides, que abriu as portas do NEAM, primeiro núcleo de estudos de que participei e a partir do qual pude formular meu projeto de pesquisa, assim como carrego um carinho e muitos aprendizados no NETRAB.

Mas nada disso teria sido possível sem aqueles e aquelas que me apoiaram e compartilharam comigo os altos e baixos dessa trajetória. Agradeço aos meus pais e irmãs, Geni, Luiz, Tati e Thais, por sempre vibrarem com cada notícia e apoiarem incondicionalmente minhas escolhas. Aos amigos e companheiros do Movimento Esquerda Socialista (MES), Mari, Du e Davi, com quem compartilho cotidianamente ideias, perrengues, muitos risos e um projeto de futuro. Ao Rafa, meu companheiro, que chegou quando eu já estava no meio dessa jornada e embarcou comigo nela e nas outras aventuras da vida.

Um agradecimento especial às minhas companheiras de luta feminista do Coletivo Juntas: Paula, Rebeca, Mayra, Ana Lu, Thais, Carol, Aninha, Leila, Camila, Isa Andrade, Isa Netto, Re e Van, com quem divido, cotidianamente, as dores e as delícias de fazer parte deste movimento, elas que me ensinam e sobretudo dão força para lembrar que nada é impossível se sonharmos e construímos juntas.

Por fim, agradeço às que confiaram e aceitaram se abrir para contribuir com esta pesquisa: Fa, Va, Ju, Li e Le. Trouxeram tantas reflexões e a certeza de que nenhuma verdade é absoluta; sobretudo, foram elas que reacenderam em mim o desejo de mudar tudo.

RESUMO

Esta dissertação investiga a relação entre a chamada quarta onda feminista e as formas de participação política de mulheres trabalhadoras inseridas na escala de trabalho 6x1, buscando compreender como as transformações recentes do feminismo contemporâneo incidem sobre suas experiências enquanto mulheres no mundo do trabalho e em sua atuação política. A pesquisa se justifica pela necessidade de articular o debate feminista ao mundo do trabalho, superando leituras fragmentadas que dissociam gênero, raça e classe, bem como pela relevância do tema no contexto de intensificação da precarização do trabalho no setor de serviços no Brasil. Parte-se do pressuposto de que, embora a quarta onda feminista influencie a formação política dessas trabalhadoras, tal influência se manifesta de forma desigual, contraditória e mediada pelas condições materiais de existência e pelas determinações históricas da sociabilidade capitalista. Do ponto de vista teórico, o estudo fundamenta-se no feminismo marxista, com ênfase na Teoria da Reprodução Social, compreendendo a opressão das mulheres como dimensão estrutural do capitalismo e articulada aos processos de exploração do trabalho e reprodução da vida social. Metodologicamente, a pesquisa adota o materialismo histórico-dialético e abordagem qualitativa, realizando entrevistas individuais e semiestruturadas com cinco mulheres que trabalham ou já trabalharam na escala 6x1 e mantêm vínculos com coletivos ou movimentos feministas. Os resultados evidenciam que a escala 6x1 atua como mediação concreta da intensificação da exploração, do desgaste físico e mental e da limitação da participação política, ao mesmo tempo em que, de forma contraditória, impulsiona processos de organização e resistência, nos quais o feminismo aparece como referência importante, ainda que não homogênea, na constituição dessas mulheres como sujeitos políticos.

Palavras-chave: Feminismo marxista; Trabalho; Participação política;

ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between the so-called fourth wave of feminism and the forms of political participation of women workers subjected to the 6x1 work schedule, seeking to understand how recent transformations in contemporary feminism affect their experiences as women in the world of work and in political activity. The study is justified by the need to articulate feminist debates with the sphere of labor, overcoming fragmented approaches that separate gender, race, and class, as well as by the relevance of the theme in the context of intensified labor precarization in Brazil's service sector. The research is guided by the assumption that, although the fourth wave of feminism influences the political formation of these workers, such influence occurs in uneven and contradictory ways, mediated by material living conditions and by the historical determinations of capitalist social relations. Theoretically, the study is grounded in Marxist feminism, with emphasis on Social Reproduction Theory, which understands women's oppression as a structural dimension of capitalism, articulated with labor exploitation and the reproduction of social life. Methodologically, the research adopts a historical-dialectical materialist approach and a qualitative design, based on individual semi-structured interviews with five women who work or have worked under the 6x1 schedule and maintain links with feminist collectives or movements. The findings indicate that the 6x1 work schedule functions as a concrete mediation of intensified exploitation, physical and mental exhaustion, and restrictions on political participation, while simultaneously fostering, in a contradictory manner, processes of collective organization and resistance, in which feminism emerges as a relevant, though not homogeneous, reference in the constitution of these women as political subjects.

Keywords: Marxist feminism; Labor; Political participation.

LISTA DE SIGLAS

CMB – Casa da Mulher Brasileira

FEPLA- Frente Estadual Pela Legalização do Aborto

ONU- Organização das Nações Unidas

PSOL- Partido Socialismo e Liberdade

PT- Partido dos Trabalhadores

PL- Partido Liberal

TRS- Teoria da Reprodução Social

VAT- Vida Além do Trabalho

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1- Contribuições do feminismo marxista para pensar gênero e violência gênero no capitalismo	13
1.1 A Teoria da Reprodução Social (TRS) como fundamento na análise da opressão às mulheres: uma visão a partir de Lise Vogel... ..	16
1.2 Gênero, violência e a teoria do nó: articulações entre classe, raça e sexualidade.....	21
Capítulo 2- O feminismo em ondas: breve resgate da história das lutas e resistências	27
2.1.1- A primeira onda: o movimento sufragista.....	28
2.1.2 - Um debate sobre a questão racial.....	30
2.1.3 -A contribuição das socialistas.....	31
2.2.1 - A segunda onda e o mar agitado das revoltas.....	32
2.2.2- O feminismo em tempos de Ditadura Militar no Brasil.....	34
2.3- Terceira onda: um debate com a interseccionalidade.....	36
2.4.1 -A quarta onda: o ativismo das ruas e das redes.....	38
2.4.2- A Marcha das Vadias... ..	39
2.4.3-A Primavera Feminista no Brasil: “Pílula, fica! Cunha, Sai” e Marcha de Mulheres Negras e muito mais!.....	40
2.4.4- O #MeeToo, das ruas para as redes.....	42
2.4.5 #EleNão, as mulheres como linha de frente no enfrentamento a extrema-direita e a luta pelos direitos reprodutivos... ..	43
2.4.6 A luta das enfermeiras na pandemia de Covid-19 e a crise do cuidado	45
Capítulo 3- Feminismo, trabalho na escala 6x1 e o despertar para a participação política	48
3.1 O que o feminismo tem a ver comigo? Elas respondem.....	52

SUMÁRIO

3.2- Trabalho na escala 6x1 e o surgimento do movimento Vida Além do Trabalho (VAT) :a intensificação do trabalho visto por elas.....	56
3.3- Trabalho em serviços e transformações na classe trabalhadora contemporânea.....	63
Conclusões	66
Referencias	69
Anexo 1	76
Anexo 2	77

Introdução

Esta dissertação investiga a relação entre a chamada quarta onda feminista e as formas de participação política de mulheres trabalhadoras inseridas na escala de trabalho 6x1, buscando apreender como as transformações recentes do feminismo contemporâneo incidem sobre as experiências concretas enquanto mulheres no trabalho e em sua atividade política. Parte-se do pressuposto de que tais formas de participação política, ainda que influenciadas pela quarta onda, se materializam de maneiras distintas em sua atuação e consciência política. Por isso mesmo, não podem ser compreendidas de maneira homogênea e dissociadas das condições de trabalho, e das condições históricas e políticas, da classe, do gênero e da raça que hierarquizam a produção e a reprodução social capitalista.

A escolha do objeto está ancorada na compreensão de que a produção do conhecimento não é neutra, e está eticamente posicionada de forma a buscar conhecer e assim aprofundar a defesa da classe trabalhadora, como sugere o próprio Código de ética do Serviço Social. Nesse sentido, a aproximação com o tema decorre da articulação entre minha trajetória militante enquanto feminista marxista e o percurso acadêmico construído a partir dos estudos sobre o mundo do trabalho, especialmente no que diz respeito às novas morfologias da classe trabalhadora e aos processos contemporâneos de precarização. Tal articulação não se apresenta como elemento subjetivo externo à pesquisa, mas como mediação concreta que orienta a formulação do problema, a delimitação do objeto e as escolhas teórico-metodológicas aqui adotadas.

A pesquisa se insere no debate crítico que questiona abordagens fragmentadas da realidade social, ainda recorrentes inclusive no campo marxista, que tendem a dissociar as lutas feministas e antirracistas do debate de classe, do mundo do trabalho e sua relação dialética com a totalidade. Desta forma, a pesquisa busca reafirmar a compreensão das relações sociais de gênero e raça-etnia como fundantes do modo de produção capitalista. Assim, busca-se apreender o objeto em seu movimento contraditório, evitando análises que tratam tais dimensões como esferas autônomas ou meramente identitárias.

Nas últimas décadas, a reestruturação produtiva do capital e a expansão do setor de serviços alteraram profundamente a composição da classe trabalhadora no

Brasil, ampliando a incorporação de mulheres em atividades marcadas pela flexibilização dos contratos, intensificação do trabalho, pela instabilidade dos vínculos empregatícios e perda de direitos (ANTUNES, 2020). Nesse contexto, regimes de trabalho como a escala 6x1 tornaram-se amplamente difundidos, especialmente no comércio e na prestação de serviços privados, impondo jornadas extensas que limitam o tempo disponível para o descanso, o lazer, a vida social e a participação política. É nesse cenário contraditório que se insere o objeto desta pesquisa: mulheres trabalhadoras que, apesar das condições adversas impostas pela escala 6x1, constroem formas de engajamento político e participação nas lutas feministas.

Paralelamente a esse processo, observa-se, a partir da última década, a ampliação da visibilidade das pautas feministas no espaço público, fenômeno frequentemente identificado como parte da chamada quarta onda feminista. Caracterizada pela difusão de debates sobre violência de gênero, aborto, direitos reprodutivos e o trabalho reprodutivo, bem como pela retomada de formas coletivas de mobilização — como as greves feministas —, essa nova fase do feminismo tem se expressado tanto nas redes sociais quanto nas ruas, mobilizando setores significativos da classe trabalhadora, e a diversidade dessas mulheres.

A presente pesquisa tem, assim, como objeto de investigação compreender de que maneira a nova configuração do feminismo incide sobre a formação e participação política das trabalhadoras inseridas na escala 6x1, considerando que tais impactos se manifestam de forma desigual, contraditória e mediada por múltiplas determinações sociais.

Do ponto de vista teórico, o estudo fundamenta-se no feminismo marxista, com ênfase nas contribuições da Teoria da Reprodução Social, que permite compreender a opressão às mulheres vinculada à necessidade de exploração, constituindo uma dimensão estrutural da sociabilidade capitalista e, portanto, necessária à produção e à valorização do capital assim como para sua própria manutenção. Busca-se, assim, apreender a centralidade das mulheres tanto enquanto força de trabalho diretamente explorada quanto enquanto responsáveis pela geração e regeneração da classe trabalhadora, seja no âmbito doméstico, seja nos serviços ofertados pelo Estado e pela iniciativa privada, e, muitas vezes, em ambas as esferas simultaneamente. A partir dessa perspectiva, gênero, raça e classe são analisados de forma articulada, como determinações indissociáveis que organizam tanto os processos de exploração do trabalho quanto a reprodução da vida social, bem como suas formas de luta e resistência, uma vez que essas mulheres também se constituem como sujeitos ativos em luta. Essa abordagem orienta a análise das experiências das trabalhadoras

investigadas, compreendidas como expressões particulares de um contexto social, político e econômico mais amplo.

A partir desse referencial, o objetivo geral da pesquisa é conhecer as formas de participação política das trabalhadoras inseridas na escala 6x1 e analisar os impactos da quarta onda feminista em sua formação política. De modo mais específico, busca-se: (i) identificar as razões que levam essas trabalhadoras a se envolverem, ou não, com as lutas feministas; (ii) conhecer as principais consequências da escala 6x1 em suas vidas; e (iii) identificar as relações entre gênero, raça e trabalho que atravessam suas experiências sociais e políticas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se fundamenta na perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreendendo a realidade social como um processo histórico, contraditório e em permanente transformação. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, que privilegia a aproximação direta com os sujeitos da pesquisa, entendendo o vínculo e a escuta qualificada como mediações fundamentais para a apreensão do objeto investigado. Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas, orientadas por um roteiro de questões norteadoras e realizadas via google meet, com mulheres que trabalham ou já trabalharam na escala 6x1 e que mantêm algum vínculo com coletivos, movimentos ou frentes feministas, seja de forma mais orgânica ou mais pontual. Assim, as trajetórias e visão de mundo das entrevistadas, identificadas como Fa, Va, Ju, Li e Le, se constituem como mediação entre teoria e as expressões na realidade.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo, *“Contribuições do feminismo marxista para pensar gênero e violência de gênero no capitalismo”*, apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise, discutindo a opressão às mulheres a partir do referencial do feminismo marxista, sobretudo com base na Teoria da Reprodução Social. O segundo capítulo, *“O feminismo em ondas: breve resgate da história das lutas e resistências”*, realiza um breve resgate histórico das ondas do feminismo e das lutas inseridas no que denominamos de quarta onda feminista, analisando suas principais características seu contexto histórico e político. O terceiro capítulo, *“Feminismo, trabalho na escala 6x1 e o despertar para a participação política”*, dedica-se à análise das entrevistas, explorando as condições de trabalho das mulheres inseridas na escala 6x1, a tendência global de expansão do setor de serviços, a partir da reestruturação produtiva, e as transformações da classe trabalhadora.

Dessa forma, esta dissertação busca contribuir, no âmbito do Serviço Social, para o debate crítico sobre feminismo e classe trabalhadora, evidenciando como mulheres submetidas a condições intensificadas de exploração constroem práticas políticas e formas de resistência, ao mesmo tempo em que enfrentam os limites

impostos pela sociabilidade capitalista. Trata-se, portanto, de compreender o feminismo não como um fenômeno apartado do mundo do trabalho, mas como parte constitutiva das lutas sociais que atravessam, historicamente, a formação e a organização da classe trabalhadora.

Capítulo 1- Contribuições do feminismo marxista para pensar gênero e violência gênero no capitalismo

Neste capítulo, buscamos aprofundar a discussão sobre gênero e violência de gênero nos marcos do capitalismo contemporâneo em crise e marcado por tendências cada vez mais destrutivas, caracterizadas como canibais por Nancy Fraser (2024). Ao analisar a participação política de mulheres trabalhadoras, o debate sobre a violência de gênero torna-se particularmente relevante, na medida em que essa experiência atravessa a trajetória de grande parte das mulheres envolvidas em processos coletivos de mobilização.

Não por acaso, a consigna “do luto à luta” aparece de forma recorrente nos espaços de organização feminista como expressão da passagem do sofrimento individual à ação coletiva. A formulação sintetiza a compreensão de que o luto, embora vivido como experiência pessoal, pode se converter em motor de mobilização política, deixando de ser apenas uma vivência privada para tornar-se também uma forma de luta coletiva. No segundo capítulo, apresentamos como algumas dessas lutas se expressam na quarta onda.

Sobretudo, cabe aqui o esforço de compreender a violência de gênero como uma expressão inerente às relações entre capital e trabalho, que tende a se agudizar em períodos de crise. Segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), esse processo ocorre em razão da intensificação da responsabilização individual, somada aos cortes de verbas públicas destinadas aos serviços e programas sociais promovidos pelo neoliberalismo.

Esse mesmo neoliberalismo busca responder à violência de gênero por meio da mercantilização dos serviços, transformando-os em fontes diretas de lucro, ou transferindo para as famílias, sobretudo para as mulheres, a responsabilidade de suportar o ônus do cuidado. Dessa forma, contribui para o aprofundamento da própria violência de gênero, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019).

Ao analisar o crescimento global dessa violência em contextos de crise capitalista e de intensificação das políticas neoliberais, Bhattacharya (2019, p.17) sugere que:

[...]o capitalismo, quando enfrenta uma crise, esforça-se por encontrar uma solução que passa por duas vias conectadas: (a) tentar reestruturar a produção, como podemos perceber pelas medidas de austeridade, e (b) tentar reorganizar a reprodução social, evidenciado nos seus esforços em reforçar as identidades de gênero e na recirculação de certas ideologias sobre a família da classe trabalhadora. A fim de compreender esta simultaneidade e esta unidade na reestruturação capitalista, precisamos revisitar a análise marxista sobre a opressão das mulheres cuja melhor abordagem é o quadro analítico proposto pela teoria da reprodução social.

Pode-se dizer, assim, que Bhattacharya (2019) reforça a relação necessária entre a reestruturação produtiva, baseada na intensificação do trabalho e na superexploração da força de trabalho, conforme aponta Antunes (2022), e a reorganização da reprodução social, cada vez mais responsabilizada no âmbito familiar. Isso ocorre na medida em que o desmonte dos serviços públicos e das políticas sociais transfere para as famílias tarefas fundamentais para a regeneração da força de trabalho.

Isso significa que, para superexplorar a força de trabalho, o capitalismo depende necessariamente do trabalho reprodutivo, historicamente relegado às mulheres. Uma das consequências desse processo é a divisão sexual do trabalho, que estabelece uma organização social na qual às mulheres é atribuída a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Não há força de trabalho sem quem gere a vida, cuide quando há enfermidade, alimente, alfabetize e realize as diversas formas de cuidado necessárias para que o trabalhador possa viver e trabalhar. É justamente na manutenção dessa organização social que a violência de gênero se manifesta e se reproduz.

Assim, ao relacionar a dinâmica do trabalho e sua precarização com a intensificação do neoliberalismo, percebe-se que as políticas de austeridade, ao transferirem as demandas sociais para o setor privado, para a filantropia e para a própria família, aprofundam a precarização das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, produzindo também uma intensa sobrecarga emocional. Esse conjunto de fatores pode se tornar fatal para muitas mulheres. A perda da posição tradicional masculina como provedor e figura de autoridade no espaço doméstico, somada à precarização das condições de vida e trabalho, pode contribuir para o agravamento das situações de violência de gênero.

Em períodos de crise, segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p.58)

[...]Nesses momentos, quando a ansiedade em relação à própria condição, à precariedade econômica e à incerteza política surge, também a ordem de gênero parece estremecer. Alguns homens sentem que as mulheres estão “fora de controle” e a sociedade moderna, com suas novas liberdades sexuais e fluidez de gênero, está “fora do eixo”. Suas namoradas ou esposas são “arrogantes”, suas casa, “bagunçadas”, e suas crianças, “selvagens”. Seus chefes são implacáveis, seus colegas de trabalho são injustamente favorecidos e seus empregos estão em risco. Sua destreza sexual e seus poderes de sedução estão em questão. Percebendo sua masculinidade ameaçada, eles explodem.

É nesse terreno de insegurança social, crise econômica e instabilidade das relações sociais que também se fortalecem a extrema direita e o neofascismo, não apenas como respostas políticas, mas como programas econômicos e sociais profundamente marcados pela misoginia e pela reafirmação da violência como forma de garantir hierarquias de gênero, raciais e territorialistas.

Diante disso, torna-se indispensável um aporte teórico que compreenda a violência de gênero como parte da luta de classes, articulada a uma perspectiva internacionalista e estrategicamente anticapitalista. Nesse sentido, o feminismo liberal, ao privilegiar saídas mercadológicas, meritocráticas e individualistas para o enfrentamento da violência, não se apresenta como uma lente adequada aos objetivos desta pesquisa. Por essa razão, a análise será orientada, principalmente, pelo aporte do feminismo marxista, em especial pela perspectiva da Teoria da Reprodução Social (TRS).

Cabe iniciar este debate destacando que a incorporação das questões de gênero nem sempre foram bem acolhidas, inclusive no interior do marxismo, onde existem diferenças significativas na forma de compreendê-las. Em leituras mais dogmáticas, tais questões são frequentemente tratadas como temas laterais ou secundários, sob a alegação de que se distanciam do debate econômico do capitalismo. Como observa Fraser (2024, p. 20), ao criticar os teóricos marxistas e economicistas - “apesar das boas intenções professadas, em grande medida não incorporaram de maneira sistemática as contribuições do pensamento feminista, ecológico, pós-colonial e de libertação negra em suas compreensões sobre o capitalismo”.

Essa tendência a um marxismo economicista revela-se cada vez mais afastada das próprias formulações de Marx, na medida em que reduz o capitalismo à esfera da produção e circulação de mercadorias. Como argumenta Bhattacharya (2023, p. 22), Marx nos convida a ver o “econômico” como uma *relação social*: que envolve dominação e coerção, mesmo se formas jurídicas e institucionais políticas procurem ofuscá-la.

Essa distinção pressupõe, de forma equivocada, a possibilidade de dissociar exploração e opressão, como se as relações de classe se desdobrassem independentemente das relações de gênero, raça, sexualidade e território. Ao contrário, o trabalhador que vende força de trabalho é também produto e agente dessas múltiplas relações sociais, que estruturam tanto a reprodução da força de trabalho quanto a própria dinâmica da acumulação capitalista. Assim, compreender o gênero como dimensão interna à economia política do capitalismo é condição fundamental para uma análise crítica que não fragmente a realidade social nem invisibilize as formas concretas de dominação que atravessam a vida da classe trabalhadora.

Situar o debate em diálogo crítico com o economicismo é fundamental para evitar equívocos e explicitar de que marxismo se está falando. Tal delimitação é necessária sobretudo porque o marxismo não se esgota nas poucas linhas aqui apresentadas e porque a relação entre feminismo e marxismo é marcada por uma trajetória histórica complexa, atravessada por aproximações e distanciamentos, frequentemente descritos como “casamentos e divórcios” (ARRUZZA, 2019).

1.1 A Teoria da Reprodução Social (TRS) como fundamento na análise da opressão às mulheres: uma leitura a partir de Lise Vogel

Foi a partir da contribuição de Lise Vogel, na década de 1980, especialmente com a obra *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, que o debate iniciado por Marx (2013 [1867]) em *O Capital* acerca da reprodução social ganhou maior profundidade a partir de uma perspectiva feminista e anticapitalista. Vogel (2022 [1983]) aprofunda a análise da relação entre a opressão às mulheres e o capitalismo, rompendo com a abordagem dualista que concebia a existência de dois sistemas distintos e paralelos de dominação, o capitalismo e o patriarcado, e propondo uma interpretação unitária que inscreve a opressão às mulheres no interior das próprias relações sociais capitalistas.

Essa questão fica explícita no trecho onde a própria autora defende que:

Enquanto a perspectiva dos sistemas duplos começa com fenômenos empiricamente dados cujas correlações são interpretadas por meio de uma cadeia de interferências plausíveis, a perspectiva da reprodução social parte de uma posição teórica- isto é, que a luta de classes em torno das condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social em sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o mais-trabalho é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a existência e a renovação constantes de uma classe subordinada de produtores diretos comprometidos com o processo de trabalho. Na maior parte dos casos, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para abastecer essa classe, e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha, portanto, um papel fundamental nas sociedades de classe. (VOGEL, 2022, p.310)

Vogel (2022 [1983]) sustenta, portanto, a impossibilidade de analisar separadamente a opressão às mulheres e o surgimento do capitalismo, uma vez que ambos os fenômenos se constituem de forma historicamente imbricada. É nesse ponto que sua elaboração teórica se distancia da formulação de Engels (1884) em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Embora reconheça a relevância da obra, Vogel identifica nela traços de uma perspectiva dualista, particularmente ao enfatizar a divisão sexual do trabalho e a família como elementos fundamentais que, contudo, não são plenamente situados no interior da totalidade da reprodução social.

Como afirma a autora, “A perspectiva de sistemas duplos adquire a forma geral, n’A *origem*, de uma ênfase na divisão sexual do trabalho e na família como fenômenos fundamentalmente importantes que, no entanto, não estão situados na reprodução social geral.” (VOGEL, 2022 [1983], p. 312).

Ainda no que se refere a Engels (1884), Vogel (2022 [1983]) reconhece que sua obra não negligencia por completo a problemática da reprodução social e que, em certa medida, aponta uma via de transformação para a condição das mulheres proletárias ao defender a socialização do trabalho doméstico por meio de sua conversão em uma indústria pública (VOGEL, 2022 [1983]). Tal proposição implica deslocar a responsabilidade pela reprodução da esfera privada das unidades familiares para formas coletivas e socialmente organizadas de provisão, como lavanderias, restaurantes e creches. Ao vislumbrar a coletivização dessas atividades, Engels antecipa a possibilidade de enfraquecimento das bases materiais da opressão feminina, ainda que, para Vogel, essa elaboração permaneça teoricamente limitada por não integrar plenamente a reprodução social à dinâmica global das relações capitalistas.

É nesse horizonte analítico que Vogel (2022 [1983]) toma como um dos eixos centrais de sua reflexão a geração e a renovação da força de trabalho, compreendida, em consonância com Marx, como uma mercadoria peculiar. Trata-se de um tipo de trabalho indispensável à produção de valor, embora não seja, em si mesmo, produtor direto de mais-valia: o trabalho reprodutivo. Sua centralidade reside precisamente no fato de garantir as condições de existência e reposição da classe trabalhadora, tornando possível a continuidade do processo de acumulação.

Ao fazê-lo, Vogel (2022 [1983]) se distancia de autoras como Mariarosa Dalla Costa e outras teóricas vinculadas ao debate sobre o “Salário para o trabalho doméstico”, que sustentam que o trabalho reprodutivo configura uma forma imediata de produção de mais-valia. Para Vogel, ainda que esse trabalho seja estruturalmente necessário ao capitalismo e profundamente articulado à produção, ele não se insere diretamente no processo de valorização do capital, devendo ser apreendido, antes, como condição de possibilidade para a extração de mais-valia — distinção fundamental para a compreensão unitária entre produção e reprodução social.

É precisamente essa inflexão teórica que Ferguson e McNally (2022) ressaltam ao examinar a originalidade da autora. Segundo as autoras, Vogel se diferencia de grande parte do pensamento feminista, sobretudo daquele influenciado pela virada linguística, ao recolocar no centro da análise as bases sociomateriais que organizam as unidades domésticas e sustentam a opressão das mulheres. Nesse sentido, afirmam que:

Diferentemente de grande parte do pensamento feminista, especialmente após a virada linguística na teoria social, ela procura decifrar as bases sociomateriais para a existência de um sistema de unidades domésticas baseado na opressão as mulheres. Para tanto, ela investiga a maneira pela qual as dinâmicas especificamente capitalistas estabelecem limites definidos a possível variedade de instituições e práticas de reprodução social. Ao identificar a necessidade contraditória do capital de explorar e renovar a força de trabalho [...] (FERGUNSON; McNALLY, 2022, p. 81)

Embora reconheça a unidade familiar como um dos principais núcleos em que a divisão sexual do trabalho se materializa, atribuindo às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo não remunerado, Vogel enfatiza que “[...] é a responsabilidade pelo trabalho doméstico necessário à reprodução social capitalista - e não a divisão sexual do trabalho *em si* - que sustenta materialmente a perpetuação da opressão e desigualdade das mulheres na sociedade” (VOGEL, 2022, p. 381).

Então por um lado, no interior da unidade doméstica, o trabalho não remunerado assume importância fundamental, pois cria as condições necessárias à sobrevivência dos trabalhadores, que são ou serão explorados direta ou indiretamente pelo capital, como explica Nancy Fraser (2023, p.49):

A atividade social reprodutiva não remunerada é necessária à existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo, como tal. Nada disso poderia existir na ausência de tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos e uma série de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores e substituir os existentes, bem como para manter laços sociais e entendimentos compartilhados. A reprodução social é uma condição indispensável para a possibilidade de produção econômica em uma sociedade capitalista

Fraser (2023) sustenta que o trabalho reprodutivo não remunerado constitui uma condição indispensável para a existência do trabalho assalariado e para a própria acumulação capitalista, na medida em que garante a produção, a manutenção e a substituição contínua da força de trabalho.

Podemos, portanto, a partir do exposto, encontrar em Arruzza (2024) uma definição de reprodução social formulada de maneira clara e articulada:

Por reprodução social, entende-se o conjunto de atividades, comportamentos, emoções, relações e instituições que estão diretamente envolvidas na manutenção da vida cotidiana e intergeracional: desde a preparação de comida até a educação das crianças, cuidado dos doentes e idosos até questões habitacionais, passando pela sexualidade. Recentemente, a noção de reprodução social ampliou-se para incluir também a disponibilidade de meios elementares de sobrevivência, como água, ar e alimentos limpos, destacando as consequências negativas que o capitalismo tem sobre a reprodução social e o trabalho de reprodução desempenhado pelas mulheres, também do ponto de vista da crise ecológica (Arruzza; Cirillo, 2024, p.150).

O trabalho reprodutivo passa, assim, a ser compreendido não apenas como atividade não remunerada realizada no interior da unidade doméstica, associações, instituições filantrópicas, mas também como trabalho assalariado desempenhado em esferas públicas e privadas que oferecem serviços essenciais à regeneração e à manutenção da vida da classe trabalhadora. Inserem-se nesse campo áreas como educação, saúde e assistência social, entre outras políticas públicas cuja função é sustentar material e socialmente a existência dos trabalhadores.

É, inclusive, nesses termos que os serviços reprodutivos vêm sendo capitalizados como fonte de lucro: ao serem apropriados pela esfera privada, convertem-se em mercadorias, assim como a própria força de trabalho daqueles que neles atuam de forma assalariada. Desse modo, atividades historicamente vinculadas à sustentação da vida passam a integrar circuitos de valorização do capital, evidenciando a crescente mercantilização da reprodução social.

Na esfera pública, por sua vez, tais serviços são assumidos como responsabilidade do Estado, constituindo um dos principais espaços de inserção profissional do Serviço Social enquanto categoria. Nesse sentido, Vogel (2022, p. 355) destaca que a socialização de parte do trabalho doméstico também atende às necessidades de reprodução da força de trabalho no capitalismo:

Uma maneira importante de reduzir o trabalho doméstico é socializar suas tarefas. Lavanderias, lojas de roupas prontas para venda e cadeias de *fast-food*, por exemplo, transferem as tarefas de trabalho doméstico para o setor lucrativo, proporcionando também novas oportunidades aos empresários capitalistas. A educação pública e os cuidados com saúde transformam aspectos do trabalho doméstico em responsabilidades do Estado, ao mesmo tempo que distribui mais amplamente os custos da reprodução da força de trabalho, por meio de contribuições e impostos.

Nesse processo, observa-se que as políticas sociais, sejam públicas ou privadas, organizadas em áreas como assistência social, educação e saúde, possuem predominância de uma força de trabalho feminina, evidenciando como o trabalho reprodutivo continua historicamente associado às mulheres. Além disso, por ser socialmente compreendido como um trabalho de menor valor em relação ao trabalho produtivo, esse tipo de atividade também tende a se expressar em salários mais baixos e em desvalorização social, sustentando a ideia de que, na ausência desses serviços, haverá sempre uma mulher responsável por realizá-los no âmbito doméstico.

Em vista disso, Fraser (2024) também explora a relação contraditória da reprodução social diante da crise do capitalismo: se, por um lado, o sistema depende da exploração da força de trabalho para a geração de mais-valia, por outro, tende a corroer as próprias condições que tornam essa exploração possível. Como afirma a autora, “o fato é [que] nosso sistema social está exaurindo as energias necessárias para cuidar das famílias, manter as casas, sustentar comunidades, nutrir amizades, construir redes públicas e estabelecer solidariedade” (FRASER, 2024, p. 89).

A autora ainda continua argumentando que:

[...] por um lado, a reprodução social é uma condição de fundo necessária para a para a acumulação sustentada de capital; por outro o ímpeto de acumulação ilimitada do capitalismo o leva a canibalizar as próprias atividades reprodutivas sociais de que depende. Essa contradição social do capitalismo está na raiz da nossa chamada crise do cuidado.” (FRASER, 2024, p.91)

Essa relação contraditória, porém necessária, apontada por Fraser (2024), indica não apenas uma crise na esfera reprodutiva, mas sua inscrição em uma crise mais ampla e generalizada do capitalismo, de caráter estrutural, que se expressa nas dimensões política, ambiental, econômica e social. É precisamente nesse contexto que se torna ainda mais relevante compreender como se organiza a própria reprodução da força de trabalho.

Nessa perspectiva, amparada na teoria marxiana acerca da formação da força de trabalho, Vogel (2022 [1983]) reafirma que sua reprodução não se restringe ao trabalho das mulheres nos processos de gestação, cuidado e formação dos trabalhadores. Trata-se, antes, de um processo social ampliado, que envolve tanto a reposição geracional quanto a incorporação contínua de novos sujeitos ao mercado de trabalho, entre eles mulheres anteriormente não inseridas na produção e populações imigrantes, cuja participação se torna fundamental para a manutenção da reprodução social. Como observa a autora:

[...] uma força de trabalho existente é restabelecida tanto geracionalmente quanto pela entrada de novos trabalhadores. Filhos de trabalhadores

crecem e integram a força de trabalho. Mulheres que não estavam envolvidas anteriormente começam a participar na produção. Imigrantes ou escravizados de fora dos limites de uma sociedade entram na força de trabalho.”(VOGEL, 2022. p.328)

Segundo Ruas (2025), essa é a limitação de Vogel (2022 [1983]) ao não incorporar raça/etnia a sua elaboração. Apesar disso a TRS *“cria condições para apreensão unitária das opressões de gênero, raça/etnia e território, na contramão de perspectivas que as concebem como produto de ‘sistemas’ independentes, ainda que interligados.”* (ROCHA;BELTRÃO; OLIVEIRA, 2025, p.11, **grifo das autoras**)

1.2 Gênero, violência e a teoria do nó: articulações entre classe, raça e sexualidade

Uma questão relevante consiste em problematizar por que as mulheres são frequentemente associadas ao termo gênero e por que esse conceito, por sua vez, gera aversão e acusações em torno de uma suposta e infundada “ideologia”. Embora gênero seja uma categoria mais ampla do que o segmento específico das mulheres, há razões históricas e políticas que explicam por que essa associação é recorrentemente estabelecida. Tal constatação não justifica seu uso impreciso ou distorcido, mas torna necessário compreender por que esses termos, em determinados contextos, aparecem interligados.

Segundo Saffioti (2015), a origem do conceito de gênero está vinculada à recusa de uma compreensão biologizante do sexo, isto é, à definição do masculino e do feminino a partir exclusivamente do órgão genital. Em suas palavras: “Uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘a anatomia é o destino’, assunto cadente naquele momento histórico” (SAFFIOTI, 2015, p. 117). Ainda que essa concepção biologicista persista, em muitos casos, como base da socialização e da forma como o mundo é apresentado aos sujeitos desde a infância, a autora enfatiza que é fundamental “considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2015, p. 116).

Uma importante referência crítica à naturalização da condição feminina a partir do sexo anatômico é Simone de Beauvoir. Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir (2009) dialoga com essa perspectiva ao defender que não se “nasce” mulher, mas torna-se mulher, indicando que a feminilidade não é um dado natural, e sim uma construção social e cultural historicamente produzida.

Arruzza (2019) interpreta essa formulação de Beauvoir como a expressão do “[...] caráter social, cultural e histórico da construção da ‘mulheridade’”. Em outras palavras, o ato de ‘mulheridade’ ou a essência do ato de ser mulher é resultado da educação recebida, das proibições, das prescrições normativas e dos condicionantes adquiridos desde o nascimento por todas aquelas destinadas a se ‘tornar’ mulher” (ARRUZZA, 2019, p. 91).

A obra, e portanto o pensamento, de Beauvoir é central para a história do feminismo, tendo se constituído como um marco teórico fundamental e permanecendo, até hoje, como uma referência para feministas em diferentes partes do mundo. Contudo, embora represente um avanço significativo na problematização do ser mulher na sociedade, é igualmente importante explicitar suas limitações, tal como aponta Arruzza (2019). Nesse sentido, a autora chama atenção para os pressupostos teóricos que acabam por naturalizar certas formas de subordinação feminina e por reproduzir binarismos que obscurecem a historicidade das relações de gênero.

A primeira é que na oposição entre natureza e cultura e no estabelecimento de uma sociedade, os homens desempenham um papel ativo enquanto as mulheres estão limitadas a ser objeto passivo da troca e das negociações entre homens. A segunda consequência é que a subordinação da mulher e a oposição entre os binômios masculino/atividade e feminino/passividade são tão antigas quanto a própria sociedade (ARRUZZA, 2019, p.92)

A crítica de Arruzza a Beauvoir não implica a negação da relevância histórica de *O Segundo Sexo*, mas a necessidade de situar suas contribuições e limites no interior de uma análise materialista das relações sociais. Ao deslocar o debate da mera oposição entre natureza e cultura para a compreensão das condições históricas e estruturais que produzem a “mulheridade”, o feminismo marxista busca superar a leitura abstrata da dominação masculina e reescrevê-la na dinâmica concreta da sociedade capitalista. Isso permite compreender que a subordinação das mulheres não é apenas um dado cultural ou simbólico, mas um elemento intrínseco à organização da produção e da reprodução social, o gênero constituinte da classe trabalhadora.

Dessa forma, a categoria gênero deixa de ser um atributo identitário isolado e passa a ser apreendida como uma mediação histórica fundamental para a análise das formas específicas de dominação no capitalismo. É a partir dessa chave interpretativa que se torna possível compreender a violência de gênero não como um desvio ou uma patologia social, mas como um fenômeno estrutural, enraizado nas relações

sociais que sustentam a ordem capitalista. Tal perspectiva amplia o alcance crítico do feminismo, ao vinculá-lo às lutas da classe trabalhadora em seu conjunto e ao afirmar que a emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à superação das formas históricas de exploração e opressão que organizam a sociedade contemporânea.

Contudo, deu-se, indubitavelmente, um passo importante, chamando-se a atenção para as relações homem-mulher, que nem sempre pareciam preocupar os cientistas (SAFFIOTI, 2015, p117). De modo geral, como afirma Saffioti (2015), o gênero, em uma perspectiva feminista, denota a contestação da dominação-exploração masculina. Nesse sistema de dominação-exploração, o uso da violência, em suas diversas formas, materializa e reproduz essa hierarquia, funcionando como um mecanismo central de controle e subordinação. Trata-se, portanto, de uma violência que não se limita ao plano físico, mas atravessa múltiplas dimensões da existência das mulheres. Nessa direção, a autora define a violência como a “ruptura de qualquer integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTTI, 2019, p. 18).

A partir dessa concepção ampliada de violência, torna-se possível compreender que, embora as violências psicológica e moral não sejam palpáveis, elas produzem efeitos profundamente danosos à saúde mental, por meio do rebaixamento sistemático da vítima, o que implica a destruição da autoestima e pode levar a quadros de depressão e ansiedade. Esses impactos se desdobram em múltiplas dimensões da vida cotidiana, incluindo dificuldades para realizar tarefas rotineiras, manter o desempenho no trabalho e nos estudos, cuidar de si, estabelecer relações sociais e participar da vida comunitária, resultando em diversas formas de prejuízo social, econômico e em saúde.

É justamente essa compreensão multidimensional da violência que fundamenta a importância de sua tipificação jurídica. Nesse sentido, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um avanço significativo ao reconhecer juridicamente os variados tipos de violência de gênero. Conforme estabelece o artigo 7º, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência física; a violência psicológica; a violência sexual; a violência patrimonial; e a violência moral, definidas em seus respectivos incisos (BRASIL, 2006).

Diferenciar os tipos de violência é, portanto, fundamental para explicitar que existem também formas “invisíveis” de agressão, frequentemente naturalizadas e

silenciadas. Ainda que o cumprimento da lei e a insuficiência de equipamentos sociais para sua efetiva aplicação constituam obstáculos enfrentados cotidianamente pelas mulheres, é indispensável reconhecer esse acúmulo normativo e político como uma conquista histórica.

Além das distintas formas de violência de gênero, é fundamental compreender como gênero e raça/etnia se articulam de maneira interligadas. No contexto brasileiro, essa articulação se expressa de forma particularmente aguda, uma vez que as mulheres negras estão inseridas em um cenário de maior insegurança social. A análise dos dados de homicídios de mulheres, a partir do Atlas da Violência 2025, evidencia essa desigualdade ao indicar que, no Brasil, em 2023, o risco de uma mulher negra ser assassinada foi 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra. Isso significa que, para cada homicídio de uma mulher não negra, ocorreram, proporcionalmente, 70% mais homicídios de mulheres negras. Em 12 estados brasileiros, esse risco é ainda mais elevado do que a média nacional (IPEA; FBSP, 2025).

A mesma pesquisa ainda aponta que na maioria dos estados brasileiros, a incidência de homicídios contra mulheres negras é desproporcionalmente superior à sua participação no conjunto da população feminina. Conforme aponta o Atlas da Violência:

Em 22 estados, a proporção de mulheres negras vítimas de homicídio superou a representação dessa população em relação ao total de mulheres. Isso só não aconteceu no Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em Roraima, estados cujo percentual de homicídios de não negras supera a participação dessas mulheres na população (IPEA; FBSP, 2025, p.64)

Esse dado chama atenção não apenas por evidenciar o caráter profundamente racializado da sociedade brasileira, mas também por indicar que os homicídios de mulheres negras ocorrem de forma desproporcional em relação à sua participação na população feminina, com exceção de alguns estados nos quais predomina uma população majoritariamente não negra. Esse cenário revela de maneira contundente as desigualdades estruturais que marcam as condições de vida entre mulheres negras e não negras no país.

A comparação entre esses grupos não tem por objetivo estabelecer hierarquias ou um “ranqueamento” das opressões vivenciadas pelas mulheres, mas, ao contrário, busca evidenciar que as experiências de violência são socialmente diferenciadas e

atravessadas por determinações históricas e estruturais. Nesse sentido, tais dados expressam a permanência de marcas profundas do passado escravocrata brasileiro, cujos efeitos se atualizam na reprodução contemporânea do racismo estrutural e das desigualdades de gênero no interior da sociedade capitalista.

Esse quadro evidencia a necessidade de articular gênero, raça e classe, não de forma meramente somatória, mas como determinações que se combinam de modo desigual e combinado no interior do capitalismo. Saffioti (2015) denomina essa articulação de “nó”, isto é, um conjunto de fenômenos que se integram dialeticamente entre si. Para a autora (2019, p.123):

“Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no *gênero* são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo. O nó (Saffioti, 1985, 1996) formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta daquela das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão.

O conceito de “nó”, formulado por Saffioti, indica justamente a articulação indissociável entre gênero, raça/etnia e classe social, que devem ser compreendidos de forma relacional e simultânea. Ainda que essas determinações se expressem de maneira distinta conforme os contextos históricos e territoriais, elas não operam de modo isolado, mas se constituem mutuamente. Por essa razão, a autora propõe compreender esse nó como “frouxo”, isto é, não como uma estrutura rígida e monolítica, mas como uma totalidade dinâmica e contraditória, cujas articulações se reconfiguram permanentemente no interior das relações sociais, fundamentais produção e reprodução do capitalismo.

Podemos ainda acrescentar ao nó proposto por Saffioti a dimensão da sexualidade, uma vez que o controle violento dos corpos e das sexualidades constitui um elemento central na reprodução das relações de dominação no capitalismo. Por meio da violência de gênero, construiu-se historicamente também um sistema moral e jurídico de controle e normatização das sexualidades LGBTQIA+, reafirmando padrões heteronormativos funcionalmente articulados à ordem capitalista.

Ao analisar o processo violento de disciplinamento do corpo das mulheres durante a transição do feudalismo ao capitalismo, momento decisivo da acumulação primitiva, Federici (2025) evidencia que a consolidação do capitalismo exigiu a imposição de um modelo específico de família, baseado no casal heterossexual monogâmico e orientado para a reprodução biológica da força de trabalho. Nesse contexto, o corpo feminino passa a ser apropriado como elemento central para a reprodução social, subordinando a sexualidade das mulheres às necessidades da

acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, reforçam-se mecanismos de repressão e violência contra outras formas de sexualidade e contra modos de vida que escapavam ao padrão familiar monogâmico.

Essa análise dialoga diretamente com a formulação de Saffioti acerca do “nó” entre gênero, raça e classe, na medida em que explicita como o controle da sexualidade constitui uma mediação central da dominação-exploração capitalista. A sexualidade, longe de ser uma dimensão privada ou secundária, é incorporada à lógica da reprodução social, operando como elemento estruturante da família patriarcal e da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, a violência de gênero não se limita à subordinação das mulheres, mas atua também como mecanismo de repressão às subjetividades LGBTQIA+, reforçando a heteronormatividade como um formato necessário ao capital nesse período histórico.

Federici (2025) denomina esse período de caça às bruxas, compreendendo-o como um longo ciclo histórico de violência sistemática, no qual se “consumou uma terrível violência contra o corpo das mulheres acusadas de crimes horrendos, que eram torturadas e depois queimadas em público para impor, pelo terror, um novo modo de produção e novas formas de exploração” (FEDERICI, 2025, p. 82). Tal processo evidencia que a violência de gênero foi constitutiva da formação do capitalismo, funcionando como um dispositivo de disciplinamento dos corpos e das sexualidades, cuja lógica se atualiza, sob novas formas, na contemporaneidade.

A partir desse referencial, serão apresentados a seguir alguns conceitos centrais do feminismo marxista, que também orientam o olhar desta pesquisa, buscando compreender não apenas o fenômeno do gênero, violência e suas origens mas também as formas de lutas e resistências.

Capítulo 2- O feminismo em ondas: breve resgate da história das lutas e resistências

Mas o que mais me encantou foi a força de cada uma, de ver senhoras, ver criança, ver adolescente, sabe? Mulheres de todas as idades, assim, felizes, gritando por justiça, todo mundo ali junto. Só que eu tenho um problema, que é a questão de quando eu tô no ambiente com muitas pessoas, eu me sinto um pouco... mal, né, mas por conta da ansiedade social mesmo. Mas aquilo me encantou demais. Eu, tipo, eu senti forças, me agarrei às forças que eu tinha ali e fui. Foi bem incrível mesmo...(Fa)

O relato de Fa evidencia que a participação política não se constitui apenas como adesão racional a um conjunto de ideias, mas como experiência vivida, marcada por afetos, medos, superações e pela força do coletivo. Mesmo atravessada pela ansiedade e por limites individuais, é na presença de outras mulheres, na dimensão compartilhada da luta, que ela encontra impulso para agir. A práxis, nesse sentido, aparece como experiência concreta de fortalecimento coletivo.

Para além de uma abordagem estritamente analítica, o feminismo marxista propõe a superação do modo de produção capitalista, configurando-se não apenas como referência teórica, mas como projeto de transformação social orientado pela necessidade histórica de enfrentar a exploração e a opressão por meio da organização da classe trabalhadora. É nesse horizonte que se insere a investigação sobre a participação política das mulheres trabalhadoras.

Como afirma Arruzza (2023, p. 307), “se pensarmos na classe como agente político, gênero, raça e sexualidade deveriam ser reconhecidos como componentes intrínsecos da forma como as pessoas concretizam seu senso de si mesmas e de sua relação com o mundo. Portanto, gênero, raça e sexualidade compõem a forma como as pessoas se tornam politizadas e se envolvem em lutas”.

Por isso, neste capítulo, retoma-se, ainda que de forma breve, o debate acerca das chamadas “ondas” do feminismo, entendidas aqui como períodos históricos nos quais o movimento feminista ganha maior visibilidade e intensidade organizativa, sem desconsiderar a continuidade das lutas nos intervalos considerados de menor ascensão.

Essa forma de abordar as lutas feministas a partir da divisão em ondas, por vezes, incorreu no erro de invisibilizar as lutas das mulheres, especialmente fora do contexto ocidental. Da mesma forma, as lutas das mulheres negras foram frequentemente ofuscadas, sobretudo quando a primeira onda passou a ser definida quase exclusivamente pela luta sufragista. Há aqui, portanto, um esforço para não reproduzir essa limitação, reconhecendo os próprios limites desse aporte teórico. Ainda assim, opta-se pela utilização da noção de ondas por uma questão didática.

2.1.1- A primeira onda: o movimento sufragista

A primeira onda é marcada pela luta por igualdade, política, jurídica e civil. As principais reivindicações eram no âmbito dos direitos iguais em relação à educação, participação política (o voto e o direito a concorrer como candidatas), pela defesa do divórcio e à propriedade privada.

Durante a primeira onda do feminismo, a demanda por emancipação permitiu que fossem estabelecidas ligações entre o feminismo burguês e o feminismo dentro do movimento operário, levando até mesmo a agirem juntos em alguns momentos. As demandas por acesso a educação e ao trabalho, pela cidadania plena e o direito de participar da política eram preocupações compartilhadas (ARRUZZA, 2019, p.60)

O símbolo desta primeira onda, são as sufragistas. Por isso vale também dizer, quem são as feministas sufragistas e o que buscava esse movimento? O movimento sufragista luta pelo direito ao voto e participação política das mulheres e têm, a princípio, como protagonistas mulheres de classe alta, mais intelectualizadas e que não tinham como obrigação as tarefas domésticas e nem enfrentavam o assédio e outros tipos de violência nas fábricas. Por isso também, conseguiam desenvolver melhor sua autonomia, ainda que também fossem impactadas pela desigualdade de gênero e sofressem dentro de casa com seus maridos. Essa condição por um lado permitiu que a luta tivesse avanços, mas também explica as diferenças com as pautas das mulheres proletárias e sua resistência em entrar nesta luta, afinal suas questões eram de ordem mais imediata.

Apesar de sua entrada tardia das trabalhadoras em relação às mulheres burguesas, foram indispensáveis para que o movimento ganhasse força e se massificasse. As militantes socialistas e sindicalistas tiveram neste momento o importante papel de defender o direito ao voto e a participação política uma vez que também, desta forma, poderiam ter as suas demandas pautadas nos parlamentos. Suas condições deploráveis de trabalho, assédio e abusos precisavam ser amplificadas.

Nos Estados Unidos, segundo Angela Davis, o movimento sufragista ganha força entre as trabalhadoras após o “Levante das 20mil” em 1909-1910, quando mulheres da indústria de confecções entraram em greve e logo depois ocorreu o infeliz incidente das 146 mulheres que morreram incendiadas em uma fábrica em Nova York, na empresa Triangle Shirtwaist. “Em outras palavras, as trabalhadoras precisam do voto a fim de garantir sua sobrevivência” (DAVIS, 2016 [1981], p.148)

No Brasil, a principal liderança desse movimento é Bertha Lutz, filha de uma enfermeira inglesa e de um importante cientista brasileiro, Adolfo Lutz. Sua condição econômica, Bertha conseguiu estudar em Paris onde entrou em contato com o movimento sufragista. Ao voltar para o Brasil em 1918 passa a escrever em jornais, acompanhar conferências e outros espaços internacionais de organização da luta pelo sufrágio. Tornando-se assim, uma das principais referências e influência na Federação Brasileira para o Progresso Feminino - FBPF. No trecho a seguir, Céli Pinto descreve Bertha e sua luta da seguinte forma:

Esses primeiros passos de Bertha Lutz na militância são reveladores de uma característica muito central e particular dessa mulher, que será definidora de sua atuação ao longo das próximas décadas. Ao contrário de grande parte das feministas, mesmo as oriundas da elite econômica, Bertha Lutz tinha reconhecimento e trânsito na elite econômica. Isso é duplamente importante na medida em que dá elementos para explicar tanto as facilidades encontradas por ela e suas seguidoras para levar adiante suas iniciativas como a própria forma bem-comportada de sua luta. Bertha lutava pelos direitos negados do Estado brasileiro à mulher, mas ao mesmo tempo era representante oficial desse mesmo Estado em conferências internacionais.” (PINTO, 2003, p.23).

A luta pelo voto e pela participação política das mulheres possuía, em certa medida, um caráter mais representativo, tendo figuras como Bertha Lutz à frente desse processo. Tratava-se do que Pinto (2003) denomina de feminismo “bem-comportado”, conduzido majoritariamente por mulheres instruídas que buscavam conquistar avanços por meio das vias institucionais. Contudo, é importante situar esse movimento no contexto do Brasil da República Oligárquica, marcado pelo domínio político das elites agrárias ligadas ao café e ao leite, simbolizadas por São Paulo e Minas Gerais. Nesse cenário profundamente conservador, mesmo uma mobilização considerada “bem-comportada” era vista como escandalosa e transgressora.

Por outro lado, o feminismo mais combativo encontra expressão no anarquismo. Ainda que a participação de mulheres também não fosse bem vista pelos homens anarquistas, elas tiveram uma postura de encabeçar lutas feministas inspiradas nas greves européias. Para Pinto (2003), isso foi um reflexo da imigração italiana, onde as ideias comunistas já estavam mais avançadas, e assim contagiaram o proletariado local. Ainda que havia críticas a pauta do voto, por considerar que representava uma redução na emancipação das mulheres, esse movimento influenciou um outro tipo de feminismo que se “expressava em passeatas, na escrita a jornais e peças teatrais, enfrentamento à justiça.” (PINTO, 2003)

Segundo Pinto (2003, p.38), essas são as bases do movimento feminista no Brasil:

[...] pode-se concluir que houve de fato, se não um movimento feminista, uma movimentação feminista que se expressou de diferentes formas, com

diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias. O centro da questão feminista do período era, sem dúvida, a luta pelos direitos políticos, concretizados no direito de votar e ser votada. Esta foi a porta de entrada das mulheres na arena de luta por seus direitos, não só no Brasil mas em todo mundo ocidental

Assim podemos considerar que além da conquista do voto feminino em 1932, outra grande conquista a partir dessa luta foi a construção dos primeiros passos desse longo caminho do feminismo brasileiro, assim como em outras partes do mundo.

2.1.2 - Um debate sobre a questão racial

Nos Estados Unidos, onde negras e negros lutavam pela abolição e posteriormente enfrentaram uma dura segregação foi onde as limitações do movimento sufragista também foram mais evidentes. Angela Davis, ativista feminista negra norte-americana é telegráfica ao evidenciar o racismo dentro desse movimento.

Segundo Davis (2016), muitas líderes sufragistas brancas colocaram a luta pelo voto das mulheres brancas acima da luta contra o racismo. Por exemplo, figuras como Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, que em diversos momentos usaram retóricas racistas para defender o direito das mulheres brancas ao voto, especialmente após a aprovação da 15ª Emenda (que concedeu o direito de voto aos homens negros).

Em *Mulheres, raça e classe*, Davis (2016) analisa diversos episódios que denunciam o silêncio das principais figuras brancas diante do racismo, o encerramento de debates sem resolução, a omissão de dirigentes que não corrigiam posturas racistas de sufragistas brancas e o uso da questão racial como tática política conforme a região. Vale destacar um episódio no qual Lottie Wilson, sufragista negra de Michigan, que durante uma viagem de trem para a convenção, sofreu humilhações decorrente da política segregacionista das ferrovias. Diante do ocorrido, Susan B. Anthony encerrou a discussão sobre o tema sem apresentar nenhuma resolução. O que segundo Davis (2016, p.124):

O significado desse incidente era muito mais profundo do que a questão relativa a enviar ou não uma carta oficial em protesto às políticas racistas da companhia ferroviária. Ao recusar defender sua irmã negra, a Newsa simbolicamente abandonava toda a população negra no momento de seu sofrimento mais intenso desde a emancipação.

Ao não defender sua companheira negra e o silenciamento por outros episódios de racismo, as lideranças davam um mau exemplo ao conjunto do movimento. Neste caso especificamente, evidenciando que existem diferentes valores entre negras e brancas.

É claro que Susan B. Anthony não deve ser responsabilizada individualmente pelos erros racistas do movimento sufragista. Mas ela era a líder mais importante do movimento na época, e sua postura pública supostamente 'neutra' em relação à luta pela igualdade negra de fato reforçou a influência do racismo no interior da Newsa (DAVIS, 2016, p. 125)

Apesar do racismo estrutural ao qual estavam submetidas e essa ideologia racista ainda estar fortemente presente, a participação de mulheres negras foi fundamental para o crescimento do movimento. As dificuldades encontradas são parecidas ao se organizarem em partidos socialistas, que ao mesmo tempo defendiam as causas das mulheres e dos negros, mas apresentavam contradições.

Atualmente, ainda se apresentam essas contradições de diversas formas. O movimento feminista assim como partidos socialistas, não estão em uma bolha totalmente desconstruída de racismo, machismo, homofobia, o que torna a militância para estes grupos, um espaço de duplo combate, isto é, para fora e para dentro.

Assim, entre tantas outras lições, destaca-se a primeira delas que, apesar de parecer óbvia, deve ser compreendida e preenchida de conteúdos políticos e históricos: o que significa ser negra na sociedade capitalista. Falar de igualdade requer, antes de tudo, o reconhecimento das diferenças.

2.1.3- A contribuição das socialistas

Importante lembrar que esta fase iniciou em meados do século XIX, período em que se desenvolvia a Segunda Guerra Mundial, avançava a influência comunista através da organização de partidos comunistas pelo mundo, especialmente na Europa. É na Rússia em 1917, onde as ideias marxistas ganham força e concretude culminando na Revolução Soviética. Este último evento, sobretudo, é crucial para o desenvolvimento da produção intelectual e para o avanço político das mulheres, através das contribuições de Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Nadiéjda Krúpskaia, entre tantas outras dirigentes e militantes socialistas. Foram elas, em especial, as principais responsáveis por instituir o 8 de março como uma data internacional de luta das mulheres trabalhadoras.

O “Dia Internacional das Mulheres” nasce através da organização das socialistas na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em 1910, onde representantes de 17 países se reuniram em Copenhague, Dinamarca, para debater a fortalecimento da luta pelo voto feminino, a organização das operárias estabelece o 8 de março, como: “Esse dia deve ser uma demonstração de solidariedade entre as proletárias e uma

afirmação de sua disposição para a luta por um futuro melhor” (KOLLONTAI, 1914, p.166).

A experiência russa é um marco pois foi onde uma forte mobilização das mulheres serviu de preâmbulo para a revolução. A Rússia passava por um momento político e econômico crítico, imperavam sobre a população a miséria, a fome, tudo isso sob regime czarista. Também diversas greves se desenvolviam desde 1911, ainda que pouco industrializada e urbanizada. Foi neste terreno onde se ocorreu no dia 23 de fevereiro de 1917 (no calendário juliano, e 8 de março no calendário gregoriano) uma forte mobilização de mulheres que serviu de preâmbulo para a revolução.

O grau de insatisfação da massa camponesa e operária russa com essa situação era latente, o que logo culminou num processo explosivo de revolta popular. O resultado foi uma mobilização geral – que resultou na chamada Revolução de Fevereiro – cujas reivindicações iniciais eram a saída da guerra, por mais terras aos camponeses e o fim da fome (MARCELINO, 2017, s/p).

Ainda tenham muitos esforços para transformar o “Dia das Mulheres” em uma data comemorativa e mercadológica, esvaziada de pautas políticas, de denúncias da realidade em que estas vivem, parte do movimento feminista retoma esta agenda a partir desse caráter: das lutas, das manifestações, dos protestos como forma de evidenciar violências e exigir direitos.

A experiência das socialistas, no âmbito da produção intelectual e programática, também é fundamental. São diversas as contribuições sobre a guerra, a maternidade, a igualdade de direitos e mesmo sobre o amor livre. É nesse processo, também, que se conquistam direitos significativos direitos como: divórcio, aborto, criação de lavadeiras e restaurantes públicos, com base em uma compreensão de que, para as mulheres conseguirem se engajar politicamente, não poderiam ser as únicas responsáveis.

2.2.1 - A segunda onda e o mar agitado das revoltas

A segunda onda surge na década de 1960 e 1970, marcada pelo seu caráter libertário, pela reivindicação dos direitos reprodutivos e da sexualidade. Eram as “feministas que queimaram sutiãs” e questionavam o papel da mulher na sociedade. Um grande símbolo de influência neste período é Simone de Beauvoir e sua obra “O Segundo Sexo”, que analisa a construção do ser mulher na sociedade.

Neste período as lutas pelo mundo estavam aquecidas. Na França, ocupações estudantis e greves marcaram o Maio de 68, contra o regime conservador do presidente Charles de Gaulle e mesmo a juventude estadunidense que se opunha à Guerra no Vietnã inspiraram movimentos ao enfrentamento da ordem social. Para a historiadora Céli Pinto (2003, p.42):

O movimento jovem da década de 1960 não foi apenas inovador em termos políticos; foi talvez antes de tudo, um movimento revolucionário na medida em que colocou em xeque os valores conservadores da organização social: eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiados

Foi também nos Estados Unidos, em 1969, que aconteceu a Revolta de Stonewall, na cidade de Nova York, na qual a comunidade LGBTQIA+ se rebelou contra a violência policial nos bares frequentados por essa população e ocupou as ruas por mais respeito e direitos (Melchionna, 2023). Podemos ainda acrescentar ao contexto estadunidense a fundação do Partido Panteras Negras, em 1966, como um símbolo radical da luta antirracista comunista.

Para Arruzza (2019), foi sob essa influência que surgiu o novo feminismo no interior das ocupações estudantis, especialmente porque foi nesse contexto que “o feminismo se apropriou de algumas ferramentas conceituais novas, apresentadas por esses movimentos: a descoberta da diferença como processo de afirmação e definição da própria identidade, a autodeterminação e a luta de libertação” (ARRUZZA, 2019, p. 62).

Foi dentro desse movimento que as mulheres também avançaram na formulação sobre a necessidade de um movimento independente, capaz de atender às suas necessidades específicas. Apesar de serem parte deste movimento não ocupavam posições de liderança correspondente e, além disso, deparavam-se com o sufocamento por parte de lideranças machistas e sexistas.

Desta forma, ainda segundo Arruzza (2019), o novo feminismo da segunda onda possui duas grandes características. A primeira refere-se à uma maturação teórica-acadêmica, que ao invés de buscar a igualdade como na primeira onda, passa a exigir o direito à diferença, entendido como uma reafirmação de identidade. Esse processo contribuiu com uma divisão entre os movimentos mistos e para o que a autora também chama de “divorcio” com o movimento operário (e sindical). A segunda característica diz respeito ao foco na questão feminina e em suas lutas específicas, como o direito ao aborto, o acesso aos métodos contraceptivos a condenação a violência masculina e uma nova forma de pensar a sexualidade. (ARRUZZA, 2019).

É nesse contexto que também as marxistas se debruçaram em pesquisas teóricas, elaboraram e desenvolveram análises sobre as opressões à luz do método materialista histórico. Foi fruto desse esforço que nasceram as primeiras contribuições em relação ao Trabalho Doméstico.

Diversas correntes feministas já haviam identificado a unidade doméstica como um local de opressão às mulheres e algumas haviam relacionado vagamente a esfera doméstica com o âmbito da produção. Mas foi apenas a partir de 1969, com a publicação do artigo 'The Political Economy of Women's Liberation' [A economia da libertação das mulheres], de Margaret Benston, que o trabalho que as mulheres executavam no interior da unidade doméstica se tornou um tema de indignação crítica (FERGUSON; McNALLY, 2022, p.59).

Ainda são diversas as posições e debates nesse campo, como aqueles que questionam se o trabalho doméstico produz valores de uso ou mais-valia. Mesmo entre marxistas, existe ainda uma série de divergências a esse respeito. Já na década de 1980, Vise Vogel, pública "*Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*", a fim de propor a construção de uma perspectiva unitária sobre a opressão às mulheres no capitalismo, a partir de uma profunda análise da obra de Marx e Engels. O livro é considerado pelas marxistas contemporâneas um embrião do que chamamos de Teoria da Reprodução Social, conforme debatemos no capítulo anterior.

2.2.2- O feminismo em tempos de Ditadura Militar no Brasil

A segunda onda feminista encontra no Brasil e em outros países da América Latina, como Chile, Argentina e Uruguai, o contexto da repressão militar instaurada pelas ditaduras civil- militares. No caso brasileiro, este infeliz capítulo da nossa história dura de 1964 a 1985, período marcado por anos assombrosos de repressão, tortura, extermínio e censura ao pensamento, sobretudo, crítico-marxista.

Neste contexto, as organizações feministas passam a ser restritas e clandestinas. Realizavam encontros restritos na esfera privada do lar entre feministas mais intelectualizadas e militantes que se reuniam para debater as pautas feministas. Participar desses encontros não era simples, era necessário ser convidada por alguma membra. Os encontros, normalmente, eram trocas de informes e análises de feministas que estiveram fora do país, especialmente, na Europa e Estados Unidos. Servia também como um espaço de organização e articulação política, uma vez que não apenas a Ditadura civil-militar era um problema, mas muitas organizações de esquerda enxergavam o movimento feminista como um problema, que dividia a atenção e os esforços da principal luta, o fim do regime autoritário.

“ínhamos, portanto, na Europa e nos Estados Unidos, cenários de grande efervescência política, de revolução dos costumes, de radical renovação cultural, enquanto no Brasil o clima era de ditadura militar, repressão e morte. Mesmo assim, aqui como lá na virada da década de 1970, mas primordialmente ao longo desse período, surgiu e se desenvolveu o movimento feminista” (PINTO, 2003, p.43)

Dadas as diferenças conjunturais, enquanto o feminismo europeu avançava no pensamento da autonomia das mulheres e na liberdade sexual, no Brasil o movimento feminista se incorporava à luta contra a censura e repressão da Ao mesmo tempo, mulheres, sobretudo intelectuais que tiveram contanto com o feminismo fora do país criavam formas de reunir as escondidas. Um fator determinante para feminismo se tornar mais público foi a reunião de criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CMB) no Rio de Janeiro em 1975. Neste mesmo ano a Organização das Nações Unidas (ONU)- determinou o Ano Internacional da Mulher o que fomentou a organização das feministas, de diversas vertentes, para o debate público. De acordo com Pinto (2003, p.57, “(...) esta formalização é particularmente interessante porque aponta para uma mudança radical na trajetória do movimento, que não é se torna público como busca a institucionalização”.

Ainda em 1975, Ano da Mulher, houve a tentativa de organização de mulheres negras para denunciar a exploração e a opressão. Contudo, as diferenças dentro do próprio movimento o dispersou e suas principais integrantes passaram a ser ativistas apenas do movimento negro. É na década 1980 que surgem os primeiros grupos pelo Brasil (GONZALEZ, 2020)

Foi também em 1975 que ocorre a organização do Movimento Feminista pela Anistia, que tomou força por todo país fortalecendo a campanha pela anistia dos exilados, presos políticos e pela democratização. Em São Paulo, o I Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1979, contribuiu para ampliar o debate das pautas feministas a partir de uma organização com diversas associações e instituições reunindo aproximadamente 900 mulheres. No encontro, deliberou-se pela luta pela anistia aos presos políticos, por creches e contra a violência (TELES, 2017). Para a Teles (2017), o II Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1980, ganha mais fôlego com a participação e organização de entidades estudantis, sindicatos, sociedades de amigos de bairro, e o grupo de feministas que organizou o I Congresso, reunindo 4mil mulheres “desde donas de casa, faveladas, operárias e empregadas domésticas até estudantes e profissionais liberais”(TELES, 2017, p.125).

No sentido político a autora acrescenta que falava se de tudo “sexualidade, trabalho doméstico, aborto, meios contraceptivos e política de controle de natalidade, discriminação no mercado de trabalho, saúde, educação, creche, violência,

lesbianismo e, timidamente, do problema da mulher negra.”(TELES, 2017,125). Lélia Gonzalez, uma das principais ativistas e intelectuais do movimento feminista e do movimento negro neste período, aborda sobre as enormes dificuldades para que as pautas raciais entrassem no movimento feminista. Para Gonzalez (2020), a perspectiva muda a partir dos encontros de mulheres latinas especialmente a partir da década de 1980, quando mudanças ideológicas e comportamentais dentro do movimento de mulheres passam a tecer um novo horizonte e perspectivas. (GONZALEZ, 2020)

Por último, vale lembrar também do escandaloso caso do assassinato de Ângela Diniz, uma socialite de Minas Gerais, com ampla repercussão. Ângela foi morta pelo namorado, Doca Street, em 1976, na sua casa de veraneio na Praia dos Ossos, Balneário de Armação de Búzios (RJ). Este caso de feminicídio entrou para a história, servindo para questionar a legislação vigente e avançar na compreensão do feminicídio em contraponto à compreensão do “crime passionai” ou da “legítima defesa da honra”, defesas de caráter conservador e machista. A ampla disseminação midiática do caso e a pressão do movimento de mulheres a partir do julgamento de Doca Street, resultaram em avanços jurídicos anos depois.

2.3 Terceira onda: um debate com a interseccionalidade

Diferentemente da turbulência causada pela segunda onda, a terceira onda foi um período de reflexão sobre as lutas, com intensa produção teórica, sendo a interseccionalidade a principal expressão desse movimento teórico-filosófico.

O conceito de interseccionalidade foi formulado por Kimberlé Crenshaw em 1989, no artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex*. Nele, Crenshaw analisa como raça e gênero não atuam separadamente nas experiências das mulheres negras, mas se articulam de forma simultânea, produzindo formas específicas de opressão que não podem ser compreendidas isoladamente.

Para McNally (2023, p. 157), “a interseccionalidade surgiu de esforços para compreender as múltiplas opressões que constituem a experiência social de muitas pessoas, principalmente mulheres racializadas. No entanto, desde o início, lutou com a metáfora espacial que a define. Uma interseção, afinal, é um espaço no qual entradas ou eixos se cruzam.”

Patricia Hill Collins a interseccionalidade não deve ser compreendida apenas como o cruzamento de identidades, mas como a articulação de sistemas de poder que estruturam a sociedade, McNally (2023) . Assim, opressões como racismo, sexismo e exploração de classe atuam de forma interligada, organizando experiências sociais distintas e produzindo desigualdades específicas, especialmente para mulheres negras. Dessa forma para Collins, gênero, raça e classe não podem ser analisados separadamente, pois constituem relações sociais mutuamente estruturantes. Segundo as autoras Collins e Bilge(2021, p.15):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária-entre outras- são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente, A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas

As autoras destacam ainda que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A contribuição de Collins e Bilge, assim como de outras referências da interseccionalidade, representa, portanto, um esforço teórico e político de compreender de forma articulada as opressões de gênero, raça e classe, questionando perspectivas universalizantes, eurocentradas e marcadas pela centralidade do sujeito masculino e branco. Trata-se, assim, de uma crítica às interpretações que tratavam as experiências das mulheres como homogêneas, invisibilizando as particularidade vividas por mulheres negras e racializadas.

Para complementar essa perspectiva, McNally (2023), ao analisar o pensamento de Angela Davis, afirma que, “[...] em vez de enumerar eixos e vetores distintos, ela mostra as interrelações sistemáticas por meio das quais a dominação racial e de gênero estão totalmente entrelaçadas com a exploração capitalista, de tal modo que não podem ser consideradas separáveis” (McNALLY, 2023, p. 178).

Ainda segundo McNally(2023), é no interior da Teoria da Reprodução Social (TRS) que essa relação dialética deve ser compreendida, na medida em que a reprodução social permite analisar como gênero, raça e sexualidade não constituem categorias separadas da luta de classes, mas elementos centrais para sua própria formação. O esforço do feminismo marxista contemporâneas consiste, portanto, na construção de uma teoria global, capaz de compreender a diversidade interna da classe trabalhadora sem dissociar as diferentes formas de opressão das dinâmicas de produção e, sobretudo, de reprodução social. Trata-se de um esforço teórico e político que busca responder coletivamente às opressões como parte constitutiva do capitalismo e das relações sociais que o sustentam.

2.4.1- A quarta onda: o ativismo das ruas e das redes

A chamada quarta onda do feminismo é um movimento recente, situado no início da década de 2011 até os dias atuais. Essa nova etapa do feminismo se caracteriza por uma intensificação das mobilizações nas ruas e nas redes sociais, com forte uso das tecnologias digitais, e por uma agenda marcada pela denúncia da violência de gênero, pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e por uma crítica ao machismo estrutural. Embora não exista consenso acadêmico sobre a sua delimitação exata, alguns eventos ajudam a identificar os contornos dessa onda.

Essa onda acontece em meio a uma crise profunda do capitalismo, em dimensões econômicas, políticas, ambientais e humanitárias. São tempos como disse Fraser (2020, p.), onde “o novo está morrendo e o velho não pode nascer”, ao retratar a crise de hegemonia entre projetos hegemônicos fracassados, por um lado o neoliberalismo progressista e do outro a extrema-direita, reacionária e conservadora.

Nancy Fraser analisa a crise de hegemonia no capitalismo neoliberal, destacando o esgotamento das antigas formas de organização política e social que garantem sua estabilidade. Segundo Fraser (2020), o neoliberalismo fracassou tanto em sua promessa de crescimento econômico quanto em atender às demandas por justiça social e reconhecimento cultural, resultando em uma crise multifacetada. O chamado “neoliberalismo progressista” – que combina políticas econômicas liberais com avanços em direitos civis e identitários – é insuficiente para resolver os problemas estruturais do sistema, pois ignora a redistribuição econômica necessária para combater as profundas desigualdades. Assim, esse modelo gera uma fragmentação política que não constrói um projeto coletivo capaz de sustentar uma nova hegemonia social (FRASER, 2020).

Ao mesmo tempo, Fraser (2020) também destaca a ascensão da extrema-direita como expressão da crise hegemônica, representando uma reação autoritária e populista ao vazio deixado pelo neoliberalismo em colapso. Essa direita radical capitaliza o ressentimento social e a desconfiança nas instituições, promovendo discursos nacionalistas, xenófobos e antidemocráticos. (FRASER, 2019).

A quarta onda não só ocorre nesse período turbulento como é parte do fenômeno enquanto efeito de resposta tanto ao neoliberalismo decadente que retira direitos, acelera a privatização das políticas sociais, e precariza cada vez mais o trabalho através das tecnologias digitais, quanto funciona como agente de disputa contra a extrema-direita, ou mesmo governos profascistas como Donald Trump nos

Estados Unidos.

A partir dessa análise, Fraser (2020) chama atenção para a construção de uma saída que é a construção de um bloco contra hegemônico. Na literatura marxista-revolucionária, podemos compreender essa tarefa como a necessidade de criação de um bloco anticapitalista e anti-imperialista que consiga dar respostas as demandas da vida e possibilita a auto-organização da classe. Como já nos diziam Marx e Engels em *O Manifesto do Partido Comunista* “a história de toda sociedade é até hoje a história de luta de classes” (MARX;ENGELS, 2011 [1848], p.39)

Assim, defendo que não é apenas o movimento feminista que está se expressando em novas formas, mas encarar esta manifestação global como um segmento da classe trabalhadora em luta durante esse último período. São em grande medida as trabalhadoras, as responsáveis pelo cuidado, às mulheres que trabalham dentro e fora de casa que estiveram e estão nas ruas e nas redes contestando a forma do viver.

2.4.2- A Marcha das Vadias

Um dos marcos iniciais é a Marcha das Vadias (Slutwalk, em inglês), iniciada no Canadá em 2011, após um policial sugerir que mulheres deveriam “evitar se vestir como vadias” para não serem estupradas. A reação feminista rapidamente se espalhou para vários países, incluindo o Brasil, e se tornou símbolo da luta contra a cultura do estupro e o controle social sobre os corpos femininos (Galetti, 2026).

A Marcha das Vadias, analisada por Camila Galetti em sua dissertação *Corpo e feminismo: a marcha das vadias de Campinas/SP* (2016), é compreendida como uma manifestação feminista que ressignifica, sobretudo, o corpo feminino em espaço público “Assim, a retomada da discussão a respeito dos espaços públicos/privados e suas desigualdades de gênero, tem sido feito pela Marcha das Vadias, no modo em que elas se colocam nas ruas, em suas performances, dentre outros aspectos.” (GALETTI, 2016, p.66)

Inspirada na SlutWalk de Toronto (2011), a marcha brasileira se desenvolveu como um ato de denúncia da cultura do estupro e do controle moral sobre os corpos

das mulheres, articulando antigas bandeiras feministas com novos modos de mobilização, especialmente via redes sociais. Esse corpo coletivo se coloca nas ruas forma mais “escandalosa”, usando cartazes e megafones como recursos de protesto e falas muito diferente dos atos mais tradicionais com caminhão de som e falas organizadas por entidades e movimentos.

Galetti (2016) observa que o corpo feminino, historicamente silenciado, assume papel central na Marcha das Vadias como território político e estético. As manifestantes utilizam performances, roupas provocativas, cartazes e palavras de ordem como ferramentas de enfrentamento simbólico às normas de gênero e à culpabilização da vítima em casos de violência sexual. Essa exposição deliberada do corpo torna-se uma forma de ocupar o espaço público com denúncias, afetos e discursos, questionando a naturalização da violência e o papel disciplinador da moralidade conservadora.

De forma muito parecida como inicia a segunda onda, a Marcha das Vadias ganha força entre muitos países a partir das mobilizações juvenis ou inspiradas nelas como foi a Primavera Árabe (Tunísia; Síria; Egito, entre outros países) que contestavam sobretudo os regimes ditatoriais, *Occupy All Street* em Nova York os Indignados na Espanha, que tinham um protagonismo de jovens proletários contra o desemprego e pelo direito ao futuro. Não à toa, em 2013, vimos acontecer as enormes jornadas de luta por todo Brasil. O que começou contra o aumento da tarifa de ônibus se desdobrou em uma luta muito maior, contra a Fifa, a Copa, por melhorias na saúde e educação e foi responsável também por alavancar a Primavera Feminista no Brasil.

2.4.3 A Primavera Feminista no Brasil: “Pílula, fica! Cunha, Sai” e Marcha de Mulheres Negras e muito mais!

Em outubro de 2015, o Projeto de Lei 5069/2013, de autoria do então deputado Eduardo Cunha, acendeu um alerta entre os movimentos feministas ao propor restrições severas ao atendimento de mulheres vítimas de violência sexual. A proposta exigia, por exemplo, boletim de ocorrência e exame de corpo de delito antes do acesso à pílula do dia seguinte pelo Sistema Único de Saúde (SUS), dificultando ainda mais o acesso a um atendimento digno e imediato. A reação foi imediata e tomou as redes sociais com a campanha “Pílula Fica, Cunha Sai”, que rapidamente se desdobrou em protestos de rua em diversas cidades, com milhares de pessoas

ocupando espaços públicos para denunciar o retrocesso nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (EL PAÍS BRASIL, 2015).

As manifestações marcaram um ponto importante do ativismo feminista da quarta onda no Brasil, com articulação entre ativismo digital e mobilização presencial. Em São Paulo, o protesto ocorrido no vão do MASP reuniu cerca de mil pessoas com palavras de ordem como “Pílula fica, Cunha sai” e “Aborto legal para não morrer”. Já no Rio de Janeiro, a ocupação próxima à Assembleia Legislativa destacou o caráter intergeracional e combativo das manifestações. A campanha simbolizou não apenas o repúdio ao projeto em si, mas também ao avanço de uma agenda conservadora e misógina no Congresso Nacional, reforçando o papel do feminismo como força de resistência em tempos de crise política e ameaça de retrocessos.

Esse episódio foi decisivo para fortalecer o feminismo enquanto movimento de massa na esfera pública brasileira, consolidando também uso das redes sociais como ferramenta de mobilização e potencializando sua capilaridade. A união entre indignação popular e engajamento digital demonstrou que o feminismo contemporâneo não apenas denuncia, mas também interrompe retrocessos legislativos com impacto direto sobre a vida das mulheres. A luta conhecida por “Pílula Fica, Cunha Sai” tornou-se assim símbolo da capacidade de organização e resposta rápida diante de ofensivas conservadoras, evidenciando a potência do novo ciclo feminista em curso no país.

Foi neste contexto em que no 18 de novembro de 2015, aproximadamente 50 mil mulheres negras de todas as regiões do Brasil marcharam em Brasília em defesa do “Bem Viver” e contra o racismo, o sexismo, a lesbofobia, a transfobia e todas as formas de discriminação, reivindicando justiça social, reconhecimento de seus corpos e territórios, além de políticas públicas específicas para saúde, trabalho, moradia, educação e segurança jurídica (MULHERES NEGRAS, 2015).

A organização do ativismo das mulheres negras, segundo Lélia Gonzalez (2020), deu-se dentro do movimento negro. Apesar de diversos grupos de mulheres negras surgirem na década de 1980, após a reabertura democrática, os esforços estavam concentrados na construção junto ao Movimento Negro Unificado (MNU). (GONZALEZ, 2020). Desta forma, podemos considerar uma mudança bastante significativa esse marco no qual mulheres negras por todo país se organizam para a caminhada nacional. Atualmente a marcha acontece de forma descentralizada. Em São Paulo, por exemplo, a Marcha de Mulheres Negras segue acontecendo no dia 25 de julho, que é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Quando falamos da interseccionalidade na terceira onda, podemos verificar

essa corrente presente entre algumas das organizadoras da marcha em São Paulo. Como na dissertação de Juliana Gonçalves dos Santos (2022), na qual se reivindica a interseccionalidade como ferramenta analítica, por entendê-la como uma forma de leitura dos vários recortes que se inter-relacionam, gênero, classe, sexualidade entre outros.

Trago isso de forma curiosa, talvez poderíamos pensar que a materialidade deste pensamento se traduz nesta marcha. Por óbvio, também não se pode fazer uma generalização do movimento como um todo que é integrado por diversos coletivos, entre eles, coletivos marxistas de outras tradições filosóficas-políticas e mesmo por aquelas que não reivindicam o feminismo.

Na América Latina, destaca-se o movimento argentino Ni Una Menos, que emergiu em 2016, após o feminicídio brutal de Lucia Perez, adolescente de 16 anos. Com a consigna “ni una menos, vivas nos queremos”, o movimento denunciou os altos índices de feminicídio e a naturalização da violência contra mulheres e pessoas LGBTQIA+. A partir da Argentina, o Ni Una Menos influenciou mobilizações em vários países da região, inclusive no Brasil, onde manifestações expressivas ocorreram em defesa da vida e dos direitos das mulheres, contra o feminicídio e a cultura do estupro.

2.4.4- O #MeeToo, das ruas para as redes

Outro evento emblemático é o surgimento do movimento *#MeToo*, nos Estados Unidos, em 2017. Criado inicialmente pela ativista Tarana Burke, o movimento ganhou projeção global após atrizes de Hollywood denunciarem o produtor Harvey Weinstein por décadas de assédio e abuso sexual. O *#MeToo* expôs as dimensões sistêmicas da violência sexual no ambiente de trabalho, inclusive em meios antes considerados "progressistas", e estimulou uma onda de denúncias públicas em diversos países, colocando em xeque figuras poderosas e exigindo responsabilização institucional.

As consequências do *#MeToo* transcenderam as redes sociais e modificaram práticas institucionais e midiáticas ao redor do mundo. Segundo a ONG Repórteres sem Fronteiras, mais de 80% dos jornalistas entrevistados notaram um aumento na

cobertura sobre violência de gênero nas redações após o surgimento da hashtag, embora mais de 25% relatem ter enfrentado riscos e assédio online por investigarem o tema. Além disso, o movimento alcançou setores antes protegidos, resultando, por exemplo, na saída do CEO da CBS após denúncias de assédio, e impulsionou reformas legais, como a reclassificação dos crimes sexuais na Europa. O #MeToo se consolidou, assim, não apenas como um grito de denúncia, mas como um catalisador de transformações institucionais e culturais em escala global.

A experiência do #MeToo talvez seja uma das principais expressões da extensão das lutas das ruas para as redes sociais, evidenciando como essas formas de mobilização passam a se articular de maneira cada vez mais fluida e dialética. Para Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), não é mera coincidência que o #MeToo tenha surgido como um protesto relacionado ao ambiente de trabalho, uma vez que a violência de gênero está profundamente vinculada às próprias dinâmicas de reprodução do capitalismo. Nesse sentido, as autoras afirmam que:

“A violência, em todas as formas, é parte integrante do funcionamento cotidiano da sociedade capitalista- pois é apenas por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue sustentar com perfeição. Uma forma de violência que não pode ser impedida sem impedir outras. [...]”(ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 65).

Assim mais do que denúncias individuais, o movimento expressou uma resposta coletiva à naturalização da violência nas relações de trabalho, na vida cotidiana, a luta então conta o assédio e as violências devem ser então parte também da luta anticapitalista.

2.4.5 #EleNão, as mulheres como linha de frente no enfrentamento a extrema-direita e a luta pelos direitos reprodutivos

A antropóloga Rosana Pinheiro Machado foi quem defendeu a ideia de que apesar do crescimento evidente e do apoio massivo a Jair Bolsonaro, até então candidato da extrema-direita no país, o feminismo, o antirracismo e as LGBTS também venceram, especialmente entre mulheres jovens da periferia.

Em um momento em que tudo parecia perdido, a lucidez de Machado (2019) inverteu as lentes da análise e destacou que a extrema-direita como alternativa política desponta como respostas ao crescimento do feminismo, da luta das LAGBTQIA+ e da negritude.

Através de uma matéria feita ao *Intercept Brasil*, Machado afirma que ao ter contato com escolas na periferia de Porto Alegre (RS), chamou-lhe a atenção de que

as jovens não só debatiam em casa com seus pais, posicionando-se contra Bolsonaro, como também se afirmavam “feministas”. Ela atribui isso à onda de lutas desses segmentos e também a o acesso à internet, mídias e redes sociais, por meio das quais se travaram campanhas e também se possibilitou o acesso a conteúdos e pautas desses movimentos.

Isso se demonstrou expressivo em 2018, quando milhares foram às ruas de todo país para gritar “Ele Não!”, como forma de rechaço à candidatura de Bolsonaro. As mobilizações começaram via Facebook, com o grupo Mulheres Unidas Contra Bolsonaro que chegou a ter 4 milhões de mulheres. (MACHADO, 2019). Apesar da derrota eleitoral, foi também nesta eleição que muitas mulheres, feministas de partidos de esquerda como o PSOL foram eleitas, como Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, Taliria Petrone como deputadas federais, e também nas bancadas estaduais com Luciana Genro (RS), Monica Seixas (Bancada Ativista- SP), Erica Malunguinho (SP), Aurea Carolina (MG) e Monica Francisco (RJ). Posteriormente mais parlamentares nesse perfil foram eleitas.

Cenário muito semelhante ao enfrentamento a Donald Trump nos Estados Unidos em 2017, onde multidões de mulheres tomaram o National Mall, em Washington. E a grande marcha no 8 de Março na Argentina, em 2023, após Javier Milei vencer as eleições presidenciais. Ainda que triunfantes, a extrema-direita, volta mundialmente com uma força social de resistência contra seu programa de aceleração liberal na economia, retirada de direitos sociais e posicionamentos machistas, racistas e LGBTfóbico, atacando especialmente a população trans.

A disputa com as extrema-direitas pelo mundo, em alguns países, tem se desdobrado na luta pelos direitos reprodutivos. Como em 2020, quando milhares foram às ruas na Polônia contra propostas de restrição dos direitos reprodutivos, que buscavam endurecer a legislação já vigente. Em 2022, nos Estados Unidos, a Suprema Corte, em uma decisão histórica, derrubou a decisão Roe v. Wade, que desde 1973 havia legalizado o aborto em nível federal

No Brasil, em junho de 2024 o deputado Sóstenes Cavalcante do Partido Liberal (PL) - bolsonarista- apresentou o PL 1904/2024 que visa equiparar a interrupção da gravidez após a 22ª semana ao homicídio, penalizando a gestante com até 20 anos de prisão, mesmo nos casos já permitidos pelo Código Penal (estupro, risco de vida da gestante ou anencefalia do feto). Esse retrocesso no direito já constituído sobre abortamento legal ganhou forte resistência das feministas, particularmente, em São Paulo onde já havia um desgaste com a prefeitura de Ricardo Nunes, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pelo fechamento do principal serviço de atendimento ao aborto legal. Antes disso, a pauta da descriminalização do aborto já tinha ganhado uma musculatura a partir do debate entorno da ADPF 442,

cuja ministra Rosa Weber deu seu voto favorável antes da aposentadoria.

2.4.6 A luta das enfermeiras na pandemia de Covid-19 e a “crise do cuidado”

Durante o Dia do Trabalhador de 2020, enfermeiras e enfermeiros realizaram uma manifestação silenciosa em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, para denunciar as condições precárias de trabalho enfrentadas durante a pandemia da COVID-19. Vestidos com jalecos e máscaras, e segurando cruzeiros simbolizando os colegas mortos pela doença, o protesto também evidenciava a defesa do isolamento social e a crítica à condução negacionista do governo federal frente à crise sanitária. A ação destacou a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e reivindicou o reconhecimento profissional da categoria, que, apesar de estar na linha de frente, sofreu com a invisibilização institucional e o desprezo político.

O protesto foi brutalmente interrompido por apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro, que agrediram verbal e fisicamente os profissionais de saúde, chamando-os de “sem-vergonhas” e “analfabetos funcionais”. O ato evidenciou não apenas a negligência governamental, mas também a hostilidade social enfrentada pelos trabalhadores da saúde, mesmo diante de seu papel crucial no enfrentamento da pandemia influenciada pelo discurso negacionista do então presidente da república.

A pandemia de covid-19 evidenciou o trabalho do cuidado como essencial para a vida social, sua manutenção e desenvolvimento. Notadamente na área da saúde, a exaustão física e emocional dos profissionais e o risco a que estavam expostos chamaram a atenção da população para a importância desse serviço e para a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Outros setores também foram profundamente impactados, como o da educação. Com o fechamento das escolas por medidas sanitárias, foram majoritariamente as mães que assumiram, nos lares, os cuidados com os filhos. Essa realidade, já presente antes da pandemia, foi intensificada quando as mulheres passaram a acumular o trabalho doméstico e de cuidados com o teletrabalho.

Temos nesta situação das mães uma expressão comum a muitas mulheres que dizemos ter jornadas exaustivas, pois trabalham dentro e fora de casa. Sendo este trabalho doméstico não remunerado, muitas das vezes, mas

fundamental para que a família consiga trabalhar e assim, ao vender sua força de trabalho, contribuir para a acumulação financeira do capital.

A atividade social reprodutiva não remunerada é necessária à existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo como tal. Nada disso poderia existir na ausência de tarefas domésticas, educação dos filhos, escolaridade, cuidados afetivos e uma série de outras atividades que servem para produzir novas gerações de trabalhadores e substituir os existentes, bem como para manter laços sociais e entendimentos compartilhados (FRASER, 2023, p.48)

Isto significa, que o cuidado dos filhos, dos enfermos, das questões domésticas que sobrecarregam as mulheres, não estão dissociadas de uma relação intrínseca às necessidades desse modo de produção, que prioriza os lucros acima das vidas. “A reprodução social é indispensável para a possibilidade de produção econômica em uma sociedade capitalista.” (FRASER, 2023, p.49).

Através do exemplo das enfermeiras revela-se a necessidade do cuidado para além do ambiente doméstico através de serviços sociais, instituídos pelas políticas públicas. A ampla presença de trabalhadoras mulheres nesses serviços de reprodução social (saúde, educação escolar, educação infantil, alimentação, etc) também se explica por essa lógica histórica na qual aos homens foi relegado o trabalho na produção e as mulheres na reprodução. (FRASER, 2023)

Por reprodução social, entende-se o conjunto de atividades, comportamentos, emoções, relações e instituições que estão diretamente envolvidas na manutenção da vida cotidiana e intergeracional: desde a preparação de comida até a educação das crianças, cuidado de doentes e idosos, até questões habitacionais, passando pela sexualidade (ARRUZZA; CIRILLO, 2024, p.150)

Ao evidenciar a necessidade da manutenção da vida e sua reprodução, a pandemia da covid-19 também revelou o valor econômico e social deste trabalho. É possível a produção de mercadorias, a exploração da força de trabalho sem o trabalho de reprodução da vida destes trabalhadores? Além disso, o próprio trabalho reprodutivo não é também uma mercadoria quando temos profissionais a serviço de empresas do cuidado? Fica evidente que não há produção capitalista sem reprodução social. A articulação entre essas duas esferas — produção e reprodução — é fundamental para a existência e reprodução do capitalismo.

Toda a sociedade torna-se o ‘lugar’ da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em ‘espaços de poder’- a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros- tanto aqueles onde a mais-valia é produzida, quanto

aqueles em que ela reparte-se e é realizada, abrangendo o conjunto do funcionamento da sociedade”(IAMAMOTO, 2015, p.50)

A partir de lamamoto 2015), é possível compreender que o modo de produção capitalista organiza as relações sociais e os papéis desempenhados pelos sujeitos. O capitalismo não é apenas uma lógica de produção e comercialização de mercadorias, mas, sobretudo, um modo de organização das relações sociais, pautado pela dominação e pela opressão histórica de gênero, raça, sexualidades e pelas desigualdades no interior da classe trabalhadora.

Constatado isso, podemos também dizer que a pandemia da covid-19 não só revelou o trabalho reprodutivo, mas também uma crise global e estrutural desse modo de produção e em especial a crise do cuidado.

“Em meu ponto de vista, o que alguns chamam de crise dos cuidados é uma expressão mais ou menos aguda das contradições *sociorreprodutivas do capitalismo financeirizado*. Essa formulação sugere duas ideias. Primeiro, as atuais tensões no cuidado não são acidentais, mas têm raízes sistêmicas profundas na estrutura de nossa ordem social, que caracterizo aqui como capitalismo financeirizado. Não obstante, e esses é o segundo ponto, a atual crise de reprodução social indica algo podre não apenas na forma atual e financeirizada do capitalismo, mas na sociedade capitalista em si.” (FRASER, 2023, p.46)

Dito isso, cá estamos. Um cenário onde o movimento feminista, recentemente, responde a questões das opressões como violência, assédio, estupro, feminicídio, enfrenta a retirada de direitos seja por governos progressistas e, na grande maioria das vezes, governos abertamente misóginos e conservadores e disputa internamente um rumo societário. O feminismo marxista antirracista-anticapitalista possui desde esse campo uma essencial contribuição, uma tarefa histórica, pois não há emancipação das mulheres sem o fim dessa ordem social.

Assim, a partir do exposto, podemos considerar que a quarta onda possui as seguintes características :

- o surgimento de um ativismo mais combativo, como classifica Pinto (2003), que se manifesta nas ruas do país e não apenas nas instituições tradicionais;
- a forte presença do uso das redes sociais como ferramenta de mobilização e organização de protestos, manifestações, campanhas, coletivos e frentes;
- a violência, a luta contra a extrema-direita, por direitos reprodutivos e em defesa das liberdades individuais como eixos de luta

- um avanço na luta antirracista, expressa no Brasil pela Marcha de Mulheres Negras;
- a crise da reprodução social e a busca de sua afirmação enquanto teoria;
- a ausência de uma direção marxista e anticapitalista de massas que consiga orientar o movimento feminista rumo ao fortalecimento de um bloco-hegemônico internacional

Assim, a quarta onda se afirma como um momento potente de um período de lutas feministas, não apenas pelos direitos das mulheres, mas como uma ferramenta de lutas no enfrentamento do neoliberalismo e sua barbárie desenfreada. Mulheres enquanto sujeitos políticos, estão em movimento e criando novas formas de organização, de manifestações e protestos. As trabalhadoras, precarizadas com contratos ruins, salários baixos, escalas de trabalho extensas, que, além de vender sua força de trabalho ainda são as responsáveis pelos cuidados domésticos e estão suscetíveis à violência, certamente, elas, não estão imunes a serem contagiadas por tudo isso que chamamos de feminismo.

3. Feminismo, trabalho na escala 6x1 e o despertar para a participação política

Esta pesquisa nasce de uma inquietação: o feminismo, mesmo após um verdadeiro tsunami de acontecimentos recentes, permanece restrito a uma intelectualidade branca e acadêmica? Trata-se de um fenômeno circunscrito à classe média ou tem assumido um caráter mais popular? A classe trabalhadora integra esse novo momento do feminismo?

Parte da esquerda dita tradicional recusa tais indagações, mais preocupada em definir quase como um tribunal o que é e o que não é movimento da classe trabalhadora. A partir de abstrações e categorias previamente estabelecidas, cria abismos em vez de confrontar a realidade concreta. Eis aí uma contradição fundamental, pois, se o marxismo é, antes de tudo, um método de análise da realidade histórica, de suas contradições e dos sujeitos que nela se constituem, não pode prescindir da investigação dos fenômenos sociais tal como se apresentam.

Sendo eu também parte dessas trabalhadoras que despertaram para a luta social, política e anticapitalista enquanto atuava como atendente de loja na escala

6x1, esta reflexão não se coloca de forma externa ao objeto investigado. Assim como aparece em diversos relatos, a consciência crítica não emerge exclusivamente do espaço de trabalho precarizado, ela também é atravessada pela influência acadêmica e escolar, onde a literatura crítica se apresenta como mediação fundamental.

Contudo, é na vivência concreta da exploração — marcada por baixos salários, ausência de tempo para o lazer e exposição cotidiana a abusos e violências relacionadas ao gênero, à raça-etnia e à sexualidade — que as contradições se intensificam. Nesse momento, aquilo que era reflexão se converte em ruptura, e romper as amarras com essa realidade dura se apresenta como a única saída possível.

É nesse sentido que Lênin, em *Que Fazer?*, discute o processo de despertar para a participação política a partir das lutas concretas por melhores salários, redução da jornada e ampliação de direitos trabalhistas. Segundo o autor, tais lutas, quando restritas à sua dimensão imediata, tendem a produzir uma consciência sindical, voltada à negociação das condições de exploração dentro da ordem vigente (LÊNIN, 1902). No entanto, a experiência concreta da luta pode abrir caminho para uma ampliação do horizonte político dos trabalhadores.

No caso aqui analisado, também é possível considerar que as lutas contra as opressões, como o enfrentamento ao feminicídio, ao assédio e às violências de gênero, atuam como mediações que tensionam a ordem social e podem contribuir para a elevação da consciência política das trabalhadoras. Ainda assim, Lênin [1902] sustenta que a superação dos limites da luta econômica exige organização política e aporte teórico revolucionário, capazes de articular essas experiências à compreensão da totalidade do sistema capitalista.

Por isso, iniciamos este debate a partir do que aparece como ponto de chegada no próprio título: o despertar para a participação política. Trata-se do processo de reconhecer-se feminista e, simultaneamente, de refletir sobre qual feminismo está em questão, o que significa ser feminista para mulheres trabalhadoras e quem são essas mulheres.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, foram entrevistadas cinco mulheres que trabalham ou já trabalharam sob a escala 6x1, identificadas como Fa, Ju, Li, Le e Va., e que também participam de coletivos ou movimentos sociais. As participantes têm entre 27 e 45 anos e somente Le têm um filho (não binário). Duas delas encontram-se atualmente afastadas do trabalho nessa

escala, embora tenham exercido suas atividades profissionais quase integralmente sob esse regime. Nos casos de Va, Fa e Li, a inserção na escala 6x1 ocorreu ainda na juventude, sendo que Fa permanece submetida a esse modelo de jornada até o presente momento.

Então, eu trabalhei assim que eu fiz 16 anos, eu entrei nesse mercado. E eu trabalhava... Era seis por um também... Quando eu trabalhava no mercado, que eu fiquei cinco anos no mercado, eu tinha alguns amigos, né, alguns amigos bem próximos, e eles não tinham noção de como funcionava a manipulação que as empresas fazem na gente pra gente aceitar esse tipo de condição de trabalho. (Fa)

Sou de São Luís Maranhão, mais precisamente do interior de São Luís, que é Cururupu, onde eu nasci. Mas atualmente, muito tempo atrás, já mudei para a capital e tenho 39 anos, não tenho filhos, não é uma prioridade ter filhos. Nas 6x1 eu já trabalhei em hotel como faxineira, serviços gerais. Já trabalhei de caixa em supermercado, já trabalhei de babá. A maior parte, antes de trabalhar nesses serviços, foi de doméstica. Deixa eu ver mais. É, basicamente foram essas funções, ó. Babá, doméstica, operadora de caixa, serviços gerais. Ah, já fui cozinheira. É, basicamente é isso. Aí, hoje, eu estou morando no Rio. (Li)

Eu trabalho desde os meus 16 anos de carteira assinada, né? Mas aí a Asbibop foi a primeira, ali eu tava de 15 para 16 anos. Com 16 anos eu fui para o telemarketing, Então a minha primeira função foi no telemarketing, trabalhei em várias operadoras de telemarketing e desde então, desde os 16 anos até três meses, quatro meses atrás eu trabalhava na escala 6x1 (Va)

Os relatos de Fa, Li e Va revelam trajetórias marcadas pela inserção prolongada na escala 6x1, muitas vezes configurando-se como a única possibilidade de trabalho ao longo de suas vidas profissionais. Destaca-se que Fa e Li se autodeclararam mulheres negras, enquanto Va se identifica como não branca, mencionando possível pertencimento indígena.

Já para Ju e Le, mulheres brancas, a experiência na escala 6x1 assume outro significado. Para Ju, trata-se de uma inserção esporádica e transitória; para Le, apresenta-se como a alternativa de trabalho possível em uma fase mais avançada da vida.

Observa-se ainda que as participantes mais jovens, Fa e Ju, ambas com 27 anos, residem com um dos pais, enquanto Lê vive com o filho e Li e Va moram sozinhas. Configuram-se, assim, núcleos familiares reduzidos, aspecto que pode dialogar com as condições materiais e as trajetórias de trabalho dessas mulheres.

No relato de Li, emerge também a pressão para se adequar ao modelo tradicional de família, reforçando expectativas sociais direcionadas às mulheres, especialmente àquelas que não são casadas nem possuem filhos. A condição de

mulher solteira e sem filhos, que mora sozinha, aparece associada à ideia de disponibilidade permanente para o cuidado de outros membros da família, como evidencia o trecho a seguir:

E principalmente se essa mulher for a solteira que não tem filho, mora sozinha, eles sempre acham que você não tem mais nada para fazer. Tipo, você não é ocupada... Assim, eu não sei, mas eu sei que geralmente sempre sobrava para mim quando alguém ficava doente ou ia para o hospital tipo os sobrinhos...Várias vezes também, tipo (perguntam), quando que eu vou casar, quando que eu vou ter filho, que eu vou envelhecer sozinha, etc. Eu digo, gente, pelo amor de Deus, eu nasci só, sou filha única, então eu nasci só, vou morrer só. Poxa, se eu não encontrar alguém que realmente me respeite e seja do jeito que eu quero, eu vou morrer só. Eu, hein? Não quero é qualquer um do meu lado.(Li)

O relato evidencia como a cobrança familiar se configura como uma espécie de rede de apoio quase obrigatória, marcada por expectativas e deveres implícitos. Soma-se a isso a pressão para constituir sua própria família, uma exigência social frequentemente direcionada às mulheres, ainda concebidas como principais responsáveis pelo papel reprodutivo e pelo trabalho de cuidado.

Lê também aponta essa responsabilização feminina pelo cuidado, agora projetada para o futuro, especialmente em relação aos pais, uma vez que os irmãos residem em outra cidade:

Eu vou ter que cuidar da minha mãe, eu vou ter que cuidar do meu pai. Que apesar dele não estar doente, ele é uma criança que não sabe fazer nada e fica aquele negócio, onde tá minha meia? Onde tá não sei o quê? É o dia inteiro gritando a minha mãe pra saber onde tá, onde as coisas deles estão, porque que não lavam ainda a roupa, sabe? E eu pensando, eu vou ter que assumir o papel da minha mãe aqui de cuidar das coisas do meu pai, de cuidar das coisas do meu filho e de cuidar da minha mãe. E meus irmãos morando longe, tendo filhos pequenos, vão vir eventualmente aqui e eu vou ter que ficar com tudo isso.(Le)

Os relatos de Le e Li são particularmente reveladores da centralidade das mulheres na organização da vida reprodutiva. Mesmo em núcleos familiares reduzidos, o trabalho de cuidado não se restringe ao domicílio imediato, mas se estende à família ampliada, envolvendo pais, mães, avós e sobrinhos, reafirmando a naturalização social da responsabilidade feminina pelo cuidado.

Quanto à localização geográfica, as participantes estão distribuídas em diferentes regiões do país, abrangendo a zona leste da cidade de São Paulo, Itapevi (SP), São José dos Campos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Florianópolis (SC). Essa

diversidade territorial permite observar como a experiência da escala 6x1 e os processos de politização se manifestam em contextos urbanos distintos.

Por fim, as participantes atuam nos seguintes movimentos e coletivos: Coletivo Juntas, Frente Estadual pela Legalização do Aborto de São Paulo (FEPLA-SP), Rede Emancipa – Movimento de Educação Popular e Movimento Vida Além do Trabalho (VAT). Destaca-se que Va e Li assumiram funções de coordenação no Movimento Vida Além do Trabalho; contudo, próximo ao momento da entrevista, Li relatou seu desligamento do movimento por motivos pessoais e políticos, os quais não serão detalhados neste trabalho.

A participação nesses coletivos e movimentos é impulsionada por múltiplos fatores, seja pelas duras condições de trabalho, seja pelas diversas formas de violência vivenciadas — de gênero, étnico-raciais e relacionadas à sexualidade. Sobretudo, o que emerge dos relatos é a existência de uma relação dinâmica e dialética entre trabalho e violência, dimensões que não se apresentam de forma dissociada, mas articuladas na experiência concreta dessas mulheres.

Diante disso, recusam a anestesia e a naturalização dessas condições. Ao contrário, indignam-se, organizam-se e se movimentam coletivamente, afirmando-se como sujeitas políticas e protagonistas de processos de resistência.

3.1 O que o feminismo tem a ver comigo? Elas respondem.

Eu nasci feminista porque eu nasci através da resistência contra a violência doméstica. Eu sou fruto da violência psicológica de um relacionamento da minha mãe com o meu pai biológico, na qual ele se recusou a me assumir e violentou ela ameaçando ela de morte. Então desde a barriga da minha mãe eu já sou fruto de um sistema patriarcal que ameaça, coage e agride mulheres. (Va)

Eu acredito que foi a partir de 2018 que eu percebi que tava tendo um crescimento muito grande de ódio às mulheres. E aí eu comecei a me entender como uma mulher feminista. Que não era aquela mentira que as pessoas falavam, que é o contrário do machismo, né? Que, na verdade, o feminismo é muito mais do que a luta das mulheres pelos direitos das mulheres, é pelos direitos das crianças, pelos direitos... Direito humano no geral, né? A gente luta por muita coisa. (Fa)

As narrativas de Va e Fa evidenciam que o reconhecimento enquanto mulher feminista não se dá de forma homogênea ou abstrata, mas é atravessado por

experiências concretas de violência e tomada de consciência histórica. No relato de Va, o feminismo emerge como expressão de uma vivência marcada, desde antes do nascimento, pela violência doméstica, abandono, revelando como o sistema patriarcal incide de maneira estrutural e intergeracional sobre a vida das mulheres.

Já a fala de Fa aponta para um processo de politização mais recente, situado no contexto do recrudescimento do ódio às mulheres a partir de 2018, período de eleição brasileira polarizada entre Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PL), na sua perspectiva o feminismo é compreendido não apenas como uma luta específica das mulheres, mas como um projeto mais amplo de defesa dos direitos humanos.

Li, quando questionada a respeito do movimento feminista, sobre sua participação em protestos ou possíveis contatos prévios, afirmou que não havia se envolvido diretamente. No entanto, relata que, ao reconhecer as desigualdades no tratamento dentro de um relacionamento e ao vivenciar debates no âmbito familiar, passou gradualmente a identificar-se com as pautas feministas, compreendendo-as como algo positivo.

Não. Não, nunca. Mas eu sempre simpatizei, tipo, até porque eu sou mulher e ao contrário de alguns comentários que eu vejo em Facebook, etc, que feminismo não serve pra nada e que não sei o quê, eu acho que super tem tudo a ver. Inclusive, se não fosse o feminismo, a gente não estaria nem aqui agora na frente dessa tela, né? ...Mas, principalmente a questão do aborto que o povo lá em casa é totalmente contra e praticamente só eu sou a favor. Mesmo as mulheres algumas estão contra até porque eles ficam muito nessa. Eu acho que uma bolha que sabe que eles ficam jogando notícias e aí o povo não procura direito saber das coisas e tal e aí acha que o aborto é de qualquer jeito. (Li)

A experiência de Ju revela que seu interesse pelas pautas das mulheres e pelos direitos humanos emerge, inicialmente, da influência do ambiente escolar e, posteriormente, da universidade, onde cursou Relações Internacionais. Desde então, o direito ao aborto constitui seu principal tema de interesse e militância.

Em diálogo com o relato de Li, observa-se uma convergência significativa: ainda que por trajetórias distintas, a temática da justiça reprodutiva aparece como eixo notório de aproximação ao feminismo, configurando-se como uma das portas de entrada para a defesa e a legitimação do movimento.

Eu estava falando do aborto diante de uma perspectiva feminista. E aí, no meu trabalho de conclusão na faculdade, eu também trouxe a perspectiva feminista, mas aí eu já trouxe a perspectiva transnacional, a perspectiva anticapitalista. E como o aborto também vai estar... Me aprofundei, né? Como o aborto também tem a ver com questões econômicas envolvidas. Então, trouxe o Calibã e a Bruxa, da Silvia Federici, enfim. E aí eu fui também me

entendendo na faculdade com uma mulher comunista, uma mulher de esquerda, minha mãe sempre vinculada ao PT, então nossa, sempre uma identificação muito grande com o PT. (Ju)

Fa, por sua vez, demonstra uma ligação profundamente pessoal com a pauta do aborto e da justiça reprodutiva, relacionando-a diretamente à sua própria trajetória:

Foi muito pessoal, na verdade, essa questão desse ato da “criança não é mãe” porque eu passei por uma situação de violência quando eu era criança, então eu sei exatamente o que é e como elas precisam ser protegidas... Quando eu era criança, eu sempre fui muito sexualizada, porque eu sou aquela, como fala, aquela morena que tinha corpo, entendeu? E foi a partir disso, como eu tinha sofrido violência na infância, sexual mesmo, eu percebi que algumas coisas estavam erradas, que a gente não podia aceitar. A filosofia me fazia muito questionar as coisas (Fa)

O ato mencionado por Fa refere-se à manifestação realizada em junho de 2024 contra o Projeto de Lei n.º 1904, que ficou conhecida como mobilização “Criança não é mãe”. A proposta legislativa pretendia alterar dispositivos já consolidados no ordenamento jurídico brasileiro referentes ao direito ao aborto legal, especialmente nos casos de gravidez resultante de violência sexual e de anencefalia fetal.

No caso específico da violência sexual, o impacto seria particularmente grave para meninas, considerando os dados do *Atlas da Violência 2023*, que indicam a elevada incidência de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, sobretudo meninas negras até 13 anos. Nesse contexto, impedir o acesso ao aborto legal significaria, na prática, impor a maternidade a uma criança, aprofundando a violação de direitos já sofrida.

O sentimento expresso por Fa, ao relatar a sexualização precoce de seu corpo, dialoga com as formulações de Lélia Gonzalez acerca dos estereótipos historicamente construídos sobre a mulher negra no Brasil e na América Latina, oriundos de uma sociedade estruturada pelo sistema escravocrata. A autora demonstra como essas imagens associam o corpo da mulher negra à hipersexualização, à suposta disponibilidade e à objetificação.

Figuras como a da “mulata do samba”, frequentemente exibida de forma erotizada nos grandes meios de comunicação, materializam esse ideário acerca do lugar social destinado à mulher negra, reforçando a naturalização de sua exposição corporal e a redução de sua identidade à dimensão sexual.

“Um dito ‘popular’ brasileiro resume essa situação, afirmando: ‘Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar’. Atribuir às mulheres americanas (pardas e mulatas) tais papéis é abolir sua humanidade, e seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são os ‘burros de carga’ do sexo (dos quais as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, verifica-se como a superexploração socioeconômica se alia à

superexploração sexual das mulheres americanas (GONZALEZ, 2020, p.149).

O relato de Fa explicita essa articulação entre raça e gênero, aproximando-se da noção de “nó” elaborada por Heleieth Saffioti, segundo a qual as opressões de gênero, raça e classe não atuam de forma isolada, mas entrelaçadas. Em sua experiência, tais dimensões aparecem imbricadas, revelando uma das formas como essa violência se expressa.

Outro elemento relevante é apresentado por Va ao revelar que, a partir da aproximação com a luta feminista, passou também a compreender a centralidade das questões relacionadas à sexualidade no interior das demais pautas do movimento. Sua trajetória evidencia como as violências vivenciadas atravessam simultaneamente gênero e sexualidade, ampliando o horizonte de sua militância:

eu fui vítima da violência inclusive eu sou uma pessoa você não vai publicar mas tudo bem vou voltar desabafando contigo que eu fui uma criança abusada né que sofreu pedofilia com 7 anos de idade depois disso sofri novamente uma violência de ódio contra a minha sexualidade aos 16 e aos 21 anos através do estupro corretivo né então desde muito nova ali desde criança o feminismo ele já gritava. O feminismo ele me levou pela luta LGBTQAPN+. Eu me entendi como uma mulher feminista antes mesmo de me entender como uma mulher lésbica (Va)

O relato evidencia que, para Va, o feminismo não se constitui como uma pauta isolada, mas como um espaço de elaboração das violências sofridas e de articulação com outras lutas, especialmente aquelas relacionadas à sexualidade. A experiência da violência sexual na infância e do chamado “estupro corretivo”, termo utilizado para designar a violência sexual dirigida a mulheres lésbicas com o intuito de punir ou “corrigir” sua orientação sexual, demonstra como tais práticas se inserem na mesma estrutura de dominação que sustenta a opressão de gênero.

Nesta mesma linha, Le não apenas relata uma opinião, mas formula uma compreensão política sobre os limites de um feminismo restrito à identidade cisgênera. Ao defender a centralidade da interseccionalidade, sua fala evidencia um esforço de elaboração conceitual a partir da própria posição social. Ao afirmar que “é diferente para mim, sou uma mulher cis”, Le explicita a dimensão material da cisgeneridade como lugar de privilégio relativo dentro das hierarquias de gênero, reconhecendo que a experiência da opressão não se distribui de forma homogênea entre aquelas socialmente designadas como mulheres.

Eu falei, a gente tava conversando sobre isso, como que o feminismo interseccional é importante, sabe? Porque eu falei, é diferente para mim, sou uma mulher cis, mas eu nasci com o sexo feminino, né? Então, ele também. Então, a gente já parece que já nasce com toda uma bagagem, um peso muito grande. E é diferente, por exemplo, você ser uma mulher trans, Ou você ser uma pessoa não binária com uma pepeca, sabe? Sofre machismo do mesmo jeito. Porque pode sofrer estupro coletivo, estupro corretivo, aliás, né? A pessoa trans, ela pode engravidar, né? Ela pode... Então, assim, no fim das contas, é.. A gente, tipo, os direitos que são conquistados pelas mulheres, que se...denominam como mulheres ou pessoas que têm útero ou que têm pepeca ou que se, né, ou mulheres trans sofrem.(Le)

A partir dos relatos, é possível perceber as diferentes lentes por meio das quais o feminismo é compreendido e como a participação política se constitui para essas mulheres. O avanço da extrema-direita no país e no mundo, as violências vivenciadas, a defesa de pautas como o aborto e a justiça reprodutiva, o rompimento com papéis sociais historicamente atribuídos pela família, bem como a incorporação do debate transfeminista, aparecem como elementos que atravessam suas trajetórias e contribuem para a formulação de visões próprias sobre o feminismo. Não se trata de um campo homogêneo, mas de um processo em construção, marcado por experiências distintas e por diferentes referências teóricas e políticas.

Nesse sentido, nem todas se vinculam explicitamente a um feminismo marxista, o que pode indicar tanto limites quanto desafios para esse campo específico. Ainda assim, os relatos sugerem a presença de uma preocupação comum com a superação das violências e das múltiplas formas de opressão, apontando para a possibilidade — ainda que não plenamente formulada — de articular essas pautas a um projeto de coletivo mais amplo. Mais do que afirmar a existência de uma síntese acabada, os depoimentos parecem indicar tensões, aproximações e aberturas que podem contribuir para pensar a inserção das lutas feministas em um horizonte de transformação social mais abrangente, sobretudo, a necessidade deste se integrar ao projeto de classe em si e para si.

3.2 Trabalho na escala 6x1 e o surgimento do movimento Vida Além do Trabalho (VAT): a intensificação do trabalho visto por elas

O início deste debate não me é indiferente. Ao retornar à minha cidade de origem, São José dos Campos, aos 23 anos, reorganizar a vida foi um processo pungente, que começou pelo trabalho. Passei por diversas lojas em shopping centers e, posteriormente, pelo telemarketing, todos sob a escala 6x1, experiência que

marcou minhas condições de vida e trabalho e que também aguçou meu olhar para esses trabalhadores, que, naquele momento, eram também meus colegas de trabalho.

A escala 6x1 é uma forma de organização da jornada de trabalho prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na qual o trabalhador exerce suas atividades por seis dias consecutivos e usufrui de um dia de descanso, que não necessariamente coincide com o final de semana. De acordo com o artigo 67 da CLT, é assegurado ao empregado o descanso semanal de 24 horas consecutivas, o qual deve coincidir, preferencialmente, com o domingo (BRASIL, 1943).

O debate em torno do fim da escala 6x1 ganhou maior visibilidade a partir de 2023, com o surgimento do movimento Vida Além do Trabalho (VAT), impulsionado pelas redes sociais e articulado em torno da denúncia das condições extenuantes de trabalho submetidas a esse regime. O movimento foi iniciado quando Ricardo Azevedo, influenciador digital e trabalhador submetido à escala 6x1, publicou uma série de vídeos no TikTok relatando sua experiência de cansaço extremo e insatisfação com o formato que exige seis dias de trabalho seguidos por apenas um de descanso, o que mobilizou trabalhadores que vivenciam situação semelhante e intensificou o debate público sobre a necessidade de mudanças (ALMAPRETA, 2024). A partir dessa repercussão, o movimento articulou grupos em plataformas digitais como WhatsApp, ampliando sua atuação e passando a defender propostas como a adoção de jornadas alternativas, além de reunir adesões em petições online que alcançaram centenas de milhares de assinaturas, demonstrando a amplitude do engajamento em prol de uma vida além do trabalho (EXAME, 2024). Conforme relata V., uma das coordenadoras do VAT em Santa Catarina:

A gente não tinha conseguido fazer esse movimento de alcançar tantas pessoas em prol dessa pauta, em prol dessa luta. E as redes sociais foram primordiais nesse sentido. Através do TikTok houve diversos grupos, pessoas que se identificaram e aí o movimento criou corpo através de grupos de WhatsApp que incorporaram diversas pessoas. Hoje nós temos um grupo específico para mulheres; inclusive, é importante frisar que temos um grupo chamado VAT Mulher, justamente para discutir o fim da escala 6x1 na perspectiva do cotidiano das mulheres trabalhadoras no nosso país. (Va)

A fala de Va evidencia, ainda, a importância da criação de espaços internos voltados à auto-organização das mulheres no interior do movimento, reconhecendo que as trabalhadoras vivenciam experiências específicas no mundo do trabalho,

distintas daquelas enfrentadas pelos homens. Entre essas experiências destacam-se o assédio moral e sexual, as desigualdades salariais, a precarização das condições de trabalho e a sobrecarga decorrente das múltiplas jornadas, cujo trabalho doméstico é, como já debatemos, parte da reprodução social.

A pauta pelo fim da escala 6X1 tem ganhado força social e, para além dessa reivindicação imediata, o momento também amplia o debate para outras questões, como o direito a uma vida digna, a construção de uma perspectiva de futuro e a compreensão do trabalho como parte da vida, e não como sua totalidade. Torna-se, assim, ainda mais evidente que, no capitalismo, o trabalho consome o tempo e organiza a existência, fazendo dessa uma disputa central, pois se vivemos apenas para trabalhar, pelo que mais vale a pena viver?

Eu trabalho de segunda a sábado, no sábado eu faço só seis horas, mas de segunda a sexta são oito horas, e às vezes, como eu trabalho na parte da tarde, e é na área da saúde PET, às vezes chega emergência, então eu tenho que ficar mais tempo, então às vezes eu faço extra também (Fa)

Na fala de Fa, identificamos essa disputa pelo tempo do trabalhador, que muitas vezes, além de ter seu tempo absorvido pela escala, precisa cumprir uma jornada ainda maior para atender às demandas do serviço. Em outros casos, isso aparece como pressão por melhores rendimentos, como relata Ju, vendedora em uma loja de roupas: “Mas se você quiser dobrar, você pode dobrar. E aí você acaba, por exemplo, no ano passado, quando eu tava tirando R\$ 3.500, R\$ 3.600, R\$ 4.000, que aí eu vendia R\$ 90.000” (J.). O que Ju chama de “dobrar” significa trabalhar além do horário regular para alcançar ou superar metas e, assim, obter uma bonificação extra no salário.

Mesmo fora do ambiente de trabalho, no período de folga, o tempo é dividido com muitas tarefas domésticas, cuidado pessoal como consultas médicas e o lazer, muitas vezes encurtado ou ponderado. O relato de Li e Ju revelam mais sobre esse quadro:

Geralmente, folga era no domingo. Ai no domingo, eu saía, sim. Mas, no máximo, eu me dava sempre um horário, porque eu não gostava, também, de chegar no serviço cansada, até porque não ia render, né? Então, é ficar complicado. Você tem que já chegar, digamos, de uma balada, de um divertimento, e ter que ir para o trabalho. Então, no máximo, dez horas, nove horas, eu já tinha que ir embora(Li)

Seguido o comentário de Ju quando relatou seu último dia de folga:

Eu fui acompanhar uma amiga no exame, porque ela tava precisando de um acompanhante. Eu fui no dentista, eu peguei minhas coisas na lavanderia, eu fui na farmácia comprar um remédio que eu preciso começar a tomar, eu preciso treinar, lavei roupa, fiz meu almoço, que já tinha acabado a comida de ontem.(Ju)

Em ambos os casos, trata-se de mulheres que não possuem filhos, condição que, quando presente, tende a agravar ainda mais a sobrecarga em termos de tempo dedicado ao cuidado e às responsabilidades domésticas. Aqui evidenciamos bem o trabalho reprodutivo nos termos que aponta a TRS. Mesmo sendo ela uma pessoa sem filhos, seu tempo livre serve ao trabalho doméstico e autocuidado pessoal, tão necessários para que possa voltar ao trabalho no dia seguinte.

Além desses relatos, muitos outros apontam elementos semelhantes, como a falta de tempo com a família, os desencontros dentro de uma mesma casa quando mais de uma pessoa trabalha na escala 6x1 e as folgas não coincidem, a dificuldade de planejar viagens e momentos de lazer, bem como a escassez de ânimo e de tempo para estudar ou até mesmo utilizar a folga na busca por um novo emprego.

Essa é também uma questão já antiga. Marx (2013 [1867]), ao analisar a jornada de trabalho necessária para a valorização do capital, já denunciava que tanto o tempo dedicado ao trabalho produtivo quanto o tempo de descanso são apropriados pelo capital, na medida em que o chamado tempo livre é, em grande parte, utilizado para a própria reprodução da força de trabalho e, portanto, para a manutenção das condições que possibilitam a continuidade da exploração.

Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto à autovalorização do Capital.[...] Mas em seu impulso cego e desmedido, sua veracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba ao tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. (MARX, 2013, p.337)

É nesse campo de tensão entre o tempo livre, entendido como a possibilidade de uma vida não subordinada ao trabalho, e a necessidade capitalista de extrair cada vez mais trabalho que se inscreve a histórica luta pela redução da jornada. Para Antunes (2009), porém, essa conciliação é inviável nos marcos do capitalismo, pois “[...] uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho”. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com tempo (*verdadeiramente*) *livre*” (ANTUNES, 2009, p.173. Grifos do autor)

Para Antunes (2009), trata-se de uma das contradições centrais da classe-que-vive-do-trabalho: se, por um lado, sua própria existência depende da venda da força de trabalho — que frequentemente passa a organizar o sentido de sua vida —, por outro, dessa mesma condição emerge a luta pela redução da jornada e do tempo de trabalho. Essa tensão evidencia o conflito permanente entre a subordinação da vida às exigências do capital e a busca por maior controle sobre o próprio tempo.

“Desse modo, a luta imediata pela redução da jornada de trabalho (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, em vez de serem excludentes tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho- ambos, portanto, fora do *controle e comando* opressivo do capital - convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.(ANTUNES, 2009, p.176. Grifos do autor)

A reflexão de Antunes (2009) dialoga diretamente com a Teoria da Reprodução Social ao evidenciar que a disputa pela redução da jornada não se restringe ao espaço produtivo, mas envolve a própria reorganização da vida social. Se o capital busca capturar o máximo de tempo possível dos trabalhadores, a luta por um tempo verdadeiramente livre aponta para a necessidade de garantir as condições materiais e sociais da reprodução da vida para além de sua funcionalidade ao sistema.

Assim, a complementaridade entre a luta por emprego e pela diminuição do tempo de trabalho revela uma tensão estrutural: o trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que garante as condições mínimas de sobrevivência e reprodução social, também subordina o tempo de vida às exigências da acumulação, comprimindo as possibilidades de descanso, sociabilidade e desenvolvimento pessoal. Essa contradição aparece no relato de Li, no qual o tempo de folga é absorvido pelas tarefas domésticas e pelo cansaço, restando pouco ou nenhum espaço para a sociabilidade e o descanso efetivo.

Quase não saí, era mais trabalhando mesmo porque é como a folga você tem que aproveitar pra lavar, pra varrer casa, pra arrumar o que tiver que arrumar e visitar uma amiga, alguma coisa. Ou então você tem que escolher ficar em casa e descansar e não ver ninguém. Acho que até foi por isso que eu me tornei uma pessoa muito antissocial. Eu me considero uma pessoa muito antissocial hoje.(Li)

Assim, a perspectiva de uma sociedade não subordinada ao capital implica recolocar a reprodução da vida — e não a valorização do capital — como princípio organizador das relações sociais.

De forma articulada à luta pela redução das jornadas e pela disputa do tempo, colocam-se também as reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e pela garantia de direitos sociais e trabalhistas. A instabilidade laboral e, conseqüentemente, a perda de direitos como férias e décimo terceiro, somadas aos baixos salários e às más condições de trabalho, aparecem como queixas comuns e recorrentes, especialmente na fala de Le, que relata essa experiência:

Eu me queimava muito, me cortava muito. Era trabalho de duas pessoas e de carregar muito peso. De ter que fazer muita coisa sozinha. De um bar que lotava o final de semana inteiro de sei lá quantas pessoas(Le).

Mas como você não pode ficar sem trabalhar e também não aguenta mais ficar naquele outro lugar porque já tá, sabe? Cansado? Aí você vai procurar outro E aí a rotatividade é muito grande, eu em 2024 tive dois, três empregos.(Le.)

A precariedade não é um fenômeno novo, tampouco pode ser reduzida a poucas experiências empíricas. Ainda assim, esses relatos cumprem um papel ilustrativo ao evidenciar uma realidade recorrente em muitos postos do setor de serviços, marcada pela intensificação do trabalho, pela alta rotatividade e pela fragilização dos direitos.

Dal Rosso (2008) explicita a intensificação do trabalho como um fenômeno mais recente, sobretudo a partir da década de 1980, destacando que “A intensidade tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar. Esse é o primeiro elemento a destacar sobre intensidade: ela se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta.” (ROSSO, 2008, p. 20). Nesse sentido, não se trata apenas do tempo dedicado ao trabalho, mas do ritmo, das exigências e do grau de esforço físico e mental impostos aos trabalhadores.

Isso porque, segundo Dal Rosso (2008), a medida da intensificação se dá centralmente a partir do trabalhador ou do conjunto de trabalhadores, pois “Dele é exigido algo a mais, um empenho maior, seja física, seja intelectual, seja psiquicamente, ou alguma combinação desses três elementos. Não se trata de examinar o desempenho das máquinas ou outras coisas quaisquer.” (ROSSO, 2008, p. 20). Dessa forma, a intensificação do trabalho deve ser compreendida a partir do aumento das demandas e do dispêndio de energias impostas aos trabalhadores, evidenciando um processo que incide diretamente sobre suas condições de vida e de trabalho.

É por meio dessa intensificação que podemos atribuir também o adoecimento ou desgaste mental revelados pelas entrevistas:

Eu entrei em depressão, eu tive burnout. a primeira vez morando em Brasília ainda... e aí nessa crise que eu tive... eu já sou uma pessoa diagnosticada com transtorno... depois de muitos anos que eu recebi o diagnóstico... inclusive... e as minhas questões com o trabalho também ajudaram... no desenvolvimento desses transtornos.(Va)

Eu chego em casa é um pouco acelerada. Parece que eu não saí ainda daquele ritmo de atender várias pessoas ao mesmo tempo, de responder várias perguntas ao mesmo tempo, de também, assim, de ver muitas situações, de escutar muitas coisas. Então, você chega em casa muito sobrecarregado. Então, ocorreram vezes de eu ter que, nesse mês ainda, no início deste mês, teve um dia que foi tão cheio, tão... Eu tava tão cansada que eu já tinha trabalhado tanto, a semana inteira foi um sábado, foi cheio e eu tive que sair, quando terminou meu expediente, eu tive que ir no médico pra poder ser medicada, porque Foi muito... meu coração acelerou, foi bem terrível(Fa)

O conjunto dessas reflexões permite compreender que a intensificação do trabalho não se limita ao aumento das tarefas, mas implica uma elevação contínua do desgaste físico, emocional e psíquico dos trabalhadores. Ao exigir um dispêndio cada vez maior de energias, esse processo ultrapassa o espaço laboral e passa a incidir diretamente sobre a saúde e as condições de vida. Os relatos das entrevistadas evidenciam como esse cenário se materializa em experiências concretas de adoecimento, marcadas por depressão, burnout, sobrecarga e sintomas físicos decorrentes do ritmo acelerado de trabalho, revelando que a intensificação não apenas organiza o trabalho, mas também redefine os limites do corpo e da mente.

No caso de Va e Fa, há um elemento comum que merece destaque: ambas relatam trabalhar na escala 6x1 desde muito jovens — Fa., inclusive, desde os 16 anos, quando ingressou como jovem aprendiz. A exposição prolongada a esse regime de trabalho ajuda a compreender os processos de adoecimento mencionados, que produziram impactos significativos em suas trajetórias de vida, como a impossibilidade de cursar o ensino superior, a necessidade de mudar de cidade e a constante transição entre empregos. Esses desdobramentos evidenciam como a intensificação e a precarização do trabalho extrapolam o espaço laboral, interferindo diretamente nos projetos de futuro e nas condições de reprodução da vida.

O trabalho na escala 6x1 é aqui marcado pela intensificação, pelas más condições, pela instabilidade, pelo desgaste e pelo adoecimento mental,

características que não são únicas nem exclusivas desse tipo de jornada, mas que também nos instigam a refletir sobre o que significa trabalhar no chamado setor de serviços e como podemos compreender essas experiências a partir das particularidades desse ramo de atividade.

3.3- Trabalho em serviços e transformações na classe trabalhadora contemporânea

Todas as entrevistadas atuam ou atuaram no setor de serviços, mais especificamente no comércio, ainda que em diferentes ramos, como lojas de roupas, restaurantes, recepção de clínicas veterinárias e limpeza, cujas empresas integram o setor privado. Antunes (2019) afirma que o crescimento do setor de serviços constitui uma tendência do capitalismo financeiro, e que sua expressiva expansão decorre da necessidade de o trabalho imaterial subordinar-se à forma-mercadoria (ANTUNES, 2019).

De forma bastante sucinta, podemos dizer que o trabalho imaterial referido por Antunes (2019) corresponde à prestação de serviços, podendo envolver ou não o uso de tecnologias. No caso dos motoristas de aplicativos, por exemplo, a tecnologia é indispensável tanto para conectar o trabalhador aos clientes quanto para permitir que a empresa controle corridas, tarifas e taxas; a mercadoria, nesse caso, é o próprio deslocamento realizado. De modo semelhante, um professor em uma escola privada também presta um serviço a mercadoria é a aula. Trata-se, portanto, de atividades em que o resultado não se materializa em um bem durável, mas se realiza no próprio ato do trabalho.

No caso desta pesquisa, tratamos de serviços circunscritos à esfera da circulação, uma vez que são trabalhadoras do comércio. Nesse contexto, o serviço pode ser compreendido como a mediação da troca de propriedade de uma pessoa para outra — roupas, alimentos, acessórios —, espaço em que ocorre a transformação do valor da forma-mercadoria para a forma-dinheiro (CISLAGHI, 2018). A exceção é Fa, cujo trabalho na recepção não se realiza diretamente por meio dessa transformação, ainda que integre a dinâmica de funcionamento do serviço.

Segundo Ricardo Antunes (2020), o crescimento do setor de serviços está vinculado às transformações do capitalismo contemporâneo, marcadas pela reestruturação produtiva e pela financeirização. Nesse contexto, observa-se uma crescente articulação entre trabalho produtivo e improdutivo, uma vez que diferentes atividades podem coexistir no mesmo processo de trabalho (ANTUNES,

2020). Ainda segundo o autor (2020, p.33):

Em um universo em que a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro, as empresas buscam garantir seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho, além de exigir a *flexibilização* crescente dos contratos de trabalho.

Como resultado dessas transformações, emergem fenômenos como a pejetização, a uberização e a terceirização do trabalho. Nesse cenário, Ricardo Antunes (2020) chama a atenção para o surgimento de uma nova morfologia da classe trabalhadora, caracterizada pela ampliação das formas de trabalho precarizadas, pela crescente heterogeneização das relações laborais e pela erosão de direitos sociais, em um contexto marcado pelos limites e contradições do neoliberalismo.

Em sua análise, Ricardo Antunes (2020) destaca que esse fenômeno atinge amplos setores das camadas médias, que vivenciam um processo de proletarização, especialmente como trabalhadores e trabalhadoras do setor de serviços. Cada vez mais mercantilizadas, essas atividades passam a integrar, direta ou indiretamente, o processo de valorização do capital (ANTUNES, 2020).

Assim, a partir do monumental crescimento dos novos assalariados de serviços (como call center, telemarketing, hipermercados, fast-food, hotéis, restaurantes, os assalariados do comércio e de escritório), a tese que aparece como fio condutor deste livro é a que estamos presenciando a *constituição e a expansão de um novo proletariado de serviços*. Esse, por sua vez, passa a ter cada vez mais um papel de destaque na formação da *classe trabalhadora ampliada que se expande em escala global e que têm sido responsável pela deflagração de várias lutas sociais, manifestações e greves.*"(ANTUNES, 2020, p.57., grifo do autor).

A análise desenvolvida por Antunes (2020) mostra-se particularmente fecunda para a interpretação dos dados desta pesquisa. Ainda que não se pretenda estabelecer generalizações, as trajetórias das entrevistadas sugerem possíveis aproximações com esse movimento mais amplo de expansão do trabalho em serviços, frequentemente marcado por regimes intensificados de trabalho, como a escala 6x1. Nesse sentido, pode-se supor que as experiências relatadas expressem, em escala singular, tendências mais gerais que atravessam o mundo do trabalho contemporâneo.

Segundo Antunes (2020), esse processo se aprofunda no Brasil a partir da década de 1990, quando as empresas passam a adotar novos padrões de organização e contratação da força de trabalho. Observa-se, nesse período, uma significativa expansão do setor de serviços e de sua participação no PIB, diferentemente do que predominava nas décadas anteriores, especialmente nos anos 1980, quando a dinâmica econômica ainda estava mais fortemente associada ao setor industrial.

Essas mudanças, submetidas aos “desígnios neoliberais”, possibilitaram a expansão intensificada da reestruturação produtiva no Brasil, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 2020, p. 123). Contudo, tão importante quanto indicar esses processos estruturais é também observar as formas concretas de ação e resistência que emergem nesse contexto. É nesse terreno que se inscrevem as experiências políticas de Fa, Va, Ju, Li e Le, cujas trajetórias podem ser compreendidas como expressões singulares de setores dessa classe trabalhadora ampliada que, diante das transformações no mundo do trabalho, também se movimenta politicamente.

Em consonância com esse cenário, e com o que já apontamos no capítulo anterior, Paula Varela (2020, p.288), ao analisar as lutas da nova onda feminista, apresenta o exemplo concreto das trabalhadoras do McDonald's, que se mobilizaram pelo fim da violência sexual no local de trabalho, conferindo densidade empírica e concretude a essas experiências:

Son trabajadoras de McDonalds, el martes 18 de septiembre de 2018 en la primera huelga contra el abuso sexual que logró coordinar acciones simultáneas en 10 ciudades norteamericanas: San Francisco, Chicago, Kansas City, Los Angeles, New Orleans, Missouri, Milwaukee, St. Louis, Miami, Durham. Los principales reclamos de la protesta fueron: a) que la empresa creara comités anti acoso sexual (compuestos por mujeres trabajadoras, ejecutivos de la empresa, representantes de las franquicias y líderes de las organizaciones de mujeres); b) que se materialice la supuesta política de “tolerancia cero” que la empresa sostiene públicamente; c) que se lleven adelante en forma efectiva trainings para gerentes y empleados; y d) que se cree un sistema ágil para recibir y tramitar denuncias de situaciones de acoso sexual, que garantice que las denunciadas no serán castigadas.

Esse exemplo evidencia como as lutas contra a violência de gênero podem emergir diretamente dos locais de trabalho, articulando reivindicações que ultrapassam os limites tradicionais das pautas estritamente trabalhistas. Ao mesmo tempo, indica a centralidade das mulheres trabalhadoras na formulação de demandas

que conectam as condições de trabalho às condições de vida, aproximando as esferas da produção e da reprodução social.

Trata-se de uma chave interpretativa particularmente fecunda para esta pesquisa, na medida em que permite compreender a violência de gênero não apenas como uma experiência individual, mas como parte das contradições mais amplas do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, embora os elementos aqui apresentados ofereçam pistas importantes de análise, trata-se de um terreno que merece continuar a ser explorado de forma mais aprofundada nas investigações acadêmicas e militantes.

Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo analisar de que forma a chamada quarta onda feminista exerce ou exerceu influência sobre as trabalhadoras inseridas na escala 6x1, bem como compreender de que maneira essas mulheres identificam o feminismo e reconhecem sua própria condição de trabalho. Ao articular feminismo e mundo do trabalho, o estudo buscou apreender as mediações concretas entre gênero, classe e raça que estruturam historicamente a exploração capitalista, aparecem como formas de identificação coletiva e são também uma motivação para as diferentes formas de participação política dessas trabalhadoras.

A partir das entrevistas realizadas, foi possível analisar aspectos centrais das trajetórias das mulheres investigadas, especialmente no que diz respeito às suas condições de trabalho, às formas de violência sofridas, às formas de engajamento político e às diferentes expressões de consciência acerca do feminismo. Ancorada na literatura marxista sobre o trabalho e nas contribuições do feminismo marxista, em particular da Teoria da Reprodução Social, a análise evidenciou que essas experiências não podem ser compreendidas de forma dissociada das transformações recentes da classe trabalhadora, sobretudo no Brasil, onde a intensificação e a superexploração do trabalho avançam de maneira significativa no setor de serviços. Trata-se de um contexto marcado pela expansão do proletariado de serviços, o que torna fundamental analisar esse fenômeno a partir das determinações de gênero e raça no interior da classe trabalhadora.

A escala 6x1 aparece, nesse sentido, não apenas como uma forma específica de organização do tempo de trabalho, mas como uma mediação concreta que intensifica a exploração da força de trabalho, restringe o tempo de descanso, acentua o desgaste físico e mental, compromete a participação política e precariza as condições de regeneração da vida desses trabalhadores e trabalhadoras. A chamada “crise do cuidado” manifesta-se de forma concreta nesse processo, uma vez que o capitalismo, ao mesmo tempo em que necessita intensificar a exploração da força de trabalho, para geração de mais-valor, torna cada vez mais difícil a garantia das condições materiais, sociais e afetivas necessárias à reprodução da vida.

Com a intensificação do neoliberalismo e a retração das políticas públicas, a responsabilidade pelo cuidado da vida da classe trabalhadora é progressivamente transferida à esfera privada e às famílias, recaindo majoritariamente sobre as mulheres. Conforme apontam autoras vinculadas à Teoria da Reprodução Social, esse processo pode se expressar também no agravamento da violência, em um contexto marcado pelo fortalecimento de projetos políticos de extrema-direita que

reforçam hierarquias sociais baseadas em gênero, raça-etnia, sexualidade e território.

Ainda assim, a crise capitalista que aprofunda as desigualdades e intensifica a do trabalho também enfrenta processos de luta e resistência. É nesse contexto contraditório que a chamada quarta onda feminista incide sobre a participação política das mulheres. Em alguns casos, essa incidência se expressa de forma mais explícita, vinculada a coletivos autodeclarados feministas; em outros, manifesta-se em movimentos mais amplos ou em formas mais difusas e individuais de questionamento dos papéis sociais, da divisão sexual do trabalho e dos limites impostos à vida das mulheres trabalhadoras. Esses processos, ainda que desiguais e atravessados por contradições, evidenciam a constituição das mulheres como sujeitos ativos das lutas sociais contemporâneas.

Por fim, é possível concluir que, embora ainda distante de uma emancipação nos termos marxianos — na qual a liberdade plena só é possível para além do capitalismo —, e apesar das dificuldades que o feminismo marxista enfrenta para se enraizar de forma mais ampla no interior da classe trabalhadora, esta pesquisa reforça a compreensão de que as mulheres e a própria classe trabalhadora estão em movimento. Ainda que os processos de luta se apresentem de forma desigual e combinada, como evidenciam experiências mais avançadas em determinados contextos, a exemplo da Argentina, onde as greves feministas expressam um patamar mais elevado de organização, não estamos diante de formas inteiramente novas de organização, ainda que essas se atualizem historicamente, mas de novos porquês que impulsionam a luta e recolocam a emancipação como horizonte político.

Referências

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2.ed. São Paulo: Boitempo,2020.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo,2009.

ARRUZZA, Cinzia. Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; CIRILLO, Lidia. História das histórias do feminismo. São Paulo: Usina Editorial, 2024.

ARRUZZA, Cinzia;BHATTACHARYA, Tithi;FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019

AUN, Heloisa. ‘Pílula fica, Cunha sai’: internautas protestam contra PL que criminaliza meios abortivos. *Catraca Livre*, São Paulo, 22 out. 2015. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/pilula-fica-cunha-sai-internautas-protestam-contra-pl-que-criminaliza-meios-abortivos/>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BARBOSA, Mariane. Vida Além do Trabalho: entenda o movimento que prega o fim da escala 6 por 1. *Alma Preta*. Out. 2024. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/politica/vida-alem-do-trabalho-entenda-o-movimento-que-prega-o-fim-da-escala-6x1/>>. Acesso em 28 de abril 2025

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BBC NEWS BRASIL. “Pílula fica, Cunha sai”: o movimento que ganhou as ruas contra projeto sobre aborto. *BBC News Brasil*, 30 out. 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyjzjvyx1go>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRANDÃO, Redação MediaTalks. #MeToo: jornalistas ainda temem cobrir cobertura de violência. *MediaTalks (UOL)*, 24 out. 2024. Disponível em: <<https://mediatalks.uol.com.br/2024/10/24/novo-relatorio-mostra-como-metoo-impulsionou-cobertura-de-violencia-de-genero-mas-jornalistas-temem-investigar-casos/>> Acesso em: 15 jun. 2025.

BHATTACHARYA, Thiti. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: BHATTACHARYA, Thiti (Org). *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, centralizar a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023. p.119-149.

BHATTACHARYA, Tithi. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. *Marx e o Marxismo*, v. 7, n. 12, p. 14–37, jan./jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Atualizada pela Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018.

BRASIL DE FATO. Em silêncio e segurando cruces, enfermeiros protestam na porta do Planalto. 1 maio 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/01/em-silencio-e-segurando-cruces-enfermeiros-protestam-na-porta-do-planalto>> Acesso em: 15 jun. 2025.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.79-82.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

CNN BRASIL. Na Polônia, milhares se reúnem no maior ato contra decisão sobre aborto no país. *CNN Brasil*, [s.l.], 30 out. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/na-polonia-milhares-se-reunem-no-maior-ato-contradecisao-sobre-aborto-no-pais/>> Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943.

COLLINS; Patricia; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021

EXAME. Escala 6x1: conheça o Movimento VAT (Vida Além do Trabalho). Disponível em: <<https://exame.com/carreira/escala-6x1-movimento-vat-vida-alem-do-trabalho/>>. Acesso em: 20 dez 2025.

EL PAÍS BRASIL. 'Pílula fica, Cunha sai': o novo grito das ruas do Brasil. *El País*, São Paulo, 30 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446222175_318913.html?utm_source=chatgpt.com> Acesso em: 14 jun. 2025.

EL PAÍS BRASIL. "Na Polônia, milhares se reúnem no maior ato contra decisão sobre aborto no país". *El País Brasil*, São Paulo, 30 out. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/02/opinion/1541165501_117929.html> Acesso em: 16 jun. 2025.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 9. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRASER, Nancy. Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). Teoria da reprodução social: remapear a classe, centralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 45-68.

FEDERICI, Silvia. Caça as bruxas e capital: mulheres, acumulação, reprodução. Tradução Gisela Bergonzoni. São Paulo: Elefante, 2025.

FERGUNSON, Susan; McNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero: Introdução de Marxismo e a opressão às mulheres na série Historical Materialism. In: VOGEL, Lise. Marxismo e a opressão as mulheres: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1983], p.55-94.

GAGO, Veronica. A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. Tradução Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GALETTI, Camila. Corpo e feminismo: a Marcha das Vadias em Campinas/SP. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2026.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos Movimentos Sociais. São Paulo: Cortez, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139-150.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência 2025*. Brasília: IPEA; FBSP, 2025. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 02/01/2026.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. 1902. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>. Acesso em: 01/02/26

KALMÁNOVITCH, Anna. Algumas palavras sobre o feminismo. In: SCHNEIDER, Graziela. *Emancipação feminina na Rússia Soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 18-20.

KOLLONTAI, Aleksandra. O dia da mulher. In: SCHNEIDER, Graziela. *Emancipação feminina na Rússia Soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2017. p.160- 163.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução Célia Neves e Aldeiro Toríbio, 2e.d. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1976.

MARCELINO, Giovanna. As sufragistas e a Primeira Onda do feminismo. *Revista Movimento*, fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/02/sufragistas-primeira-onda-feminismo/>> Acesso em: 01 de jun. 2025.

McNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In: FERGUSON, Susan; McNALLY, David; ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Teoria da reprodução social: remapeando classe, recentrando a opressão*. São Paulo: Elefante, 2023. p. 151-182.

MULHERES NEGRAS. *Marcha das. Carta das Mulheres Negras 2015 – Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver*. *Geledés*. Brasília, 18 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2025.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. O capital : crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867]

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 [1848].

PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. A extrema-direita venceu. E as feministas também. *The Intercept Brasil*, 8 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2019/01/08/extrema-direita-feministas-antirracistas-lgbts/>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ROCHA, Camila Carduz; BELTRÃO, Mariana Fernandes Alcoforado; OLIVEIRA, Rayane Noronha. Cinco notas a propósito da Teoria da Reprodução Social e suas contribuições ao Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, v. 148, n. 3, p. e-6628441, 2025.

ROSSI, Marina. Mulheres vão às ruas: “Pílula fica, Cunha sai”. *El País Brasil*, São Paulo, 30 out. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/30/politica/1446222175_318913.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular ; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SERRANO, Laiane. Minha missão é acabar com as escala 6x1, diz criador do VAT (Vida Além do Trabalho). *Exame*. Nov. 2024. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/escala-6x1-movimento-vat-vida-alem-do-trabalho/>>. Acesso em 28 abril 2025

SANTOS, Juliana Gonçalves dos. O Bem Viver em narrativas de mulheres negras. 2022. Dissertação (Mestrado) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil e outros

ensaios. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1983].

VARELA, Paula. *La Nueva Ola Feminista y las luchas de las mujeres trabajadoras: ¿Por qué luchamos? O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 49, p. 283–302, 2020. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.51125. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51125/51125.PDF>.> Acesso em: 01/02/26.

Anexo 1- Roteiro de entrevista

- 1) Para começar, gostaria de te conhecer um pouco mais. Pode me falar sobre quem é você, sua idade, onde mora e qual sua ocupação atual?
- 2) Quando você trabalhou na escala 6x1 e como era o seu trabalho? Como isso soou entre os trabalhadores que convive?
- 3) Você participou ou participa de movimentos que lutam pela pauta do fim da escala 6x1?
- 4) Como avalia o papel do sindicato nessa luta e qual sua importância para os trabalhadores?
- 5) E em sua casa, como é a divisão das tarefas domésticas? Essa jornada interferiu na divisão das tarefas domésticas?
- 6) Você já ouviu o termo “feminismo”? Como foi seu primeiro contato com esse termo e que pensa a respeito?
- 7) Recentemente, houveram muitos protestos feministas. Você participou de algum? Sente que este tema teve impacto na sua vida?
- 8) Você tem contato com algum coletivo/movimento/frente? Como é a sua participação?
- 9) Para você, qual o sentido de se organizar ou participar de manifestações?

Anexo 2- Termo Livre de Consentimento

Eu, Tamires de Sousa Arantes, pesquisadora responsável da pesquisa de mestrado intitulada “A quarta onda feminista e sua influência na participação política das trabalhadoras da escala 6x1”, convido-a à participar como voluntária deste estudo que está vinculado ao Programa de Serviço Social da PUC-SP, sob orientação da professora Maria Carmelita Yazbek.

Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar de quais formas a quarta onda feminista influenciou a participação política de trabalhadoras da escala 6x1, qual a compreensão deste tema a partir dessas trabalhadoras e como isso se relaciona com a intensificação, flexibilização do trabalho, e a reestruturação produtiva e a ampliação do setor de serviços.

Gostaria de informar que, qualquer pesquisa que envolve seres humanos pode conter um risco ou danos. Nesse caso, explicita-se o risco e danos de origem psicológica, emocional e intelectual que podem ser gerados por algum desconforto ao responder as perguntas, cansaço, vergonha, etc. Entretanto, trabalhamos para amenizar todos esses riscos, realizando todas as perguntas de maneira cuidadosa e mantendo o seu anonimato.

Além disso, sua participação é livre e voluntária e você tem o direito de se retirar ou desistir dessa pesquisa a qualquer momento, bem como, solicitar revisão e alteração de suas colocações. Seus dados de identificação serão apenas acessados pela pesquisadora, e em hipótese alguma divulgados. Você não será cobrada ou terá gastos decorrentes da participação. Caso houver algum dano decorrente da pesquisa, haverá indenização nos termos da Lei.

O benefício da pesquisa não será individual, mas coletivo, podendo contribuir para fomentar o debate sobre o envolvimento político das trabalhadoras e suas condições de trabalho dentro da escala 6x1. Ao final, pretendemos dar uma devolutiva da pesquisa a você, bem como organizar eventos para socialização dos resultados encontrados que sejam de interesse do coletivo.

Nesse termo já consta também meu telefone com whatsapp e e-mail para que possa tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação a qualquer momento.

Eu, _____, portadora do documento nº _____, declaro que após esclarecimento prestado pela pesquisadora, _____, sobre os objetivos da pesquisa, bem como a forma e alternativas de participação, li e compreendi este termo, portanto, concordo em dar meu consentimento em participar de forma voluntária da pesquisa.

Assinatura da participante



Assinatura da pesquisadora

Cel/whatsapp da pesquisadora: 12-981270828

E-mail: tami.sarantes@gmail.com

São Paulo, _____ de 2023.